



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**A REVOLUÇÃO HAITIANA E O ESPECTRO DO HAITIANISMO: IMAGENS E
REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX**

LARISSA RIBAS DOS SANTOS

MONOGRAFIA – GRADUAÇÃO

GOIÂNIA

2025

Larissa Ribas dos Santos

**A REVOLUÇÃO HAITIANA E O ESPECTRO DO HAITIANISMO: IMAGENS E
REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentada ao curso de licenciatura em
História da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás como requisito parcial para obtenção do
grau de licenciado (a) sob orientação do (a)
Professor (a): Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira
Neto.

Goiânia

2025

**A REVOLUÇÃO HAITIANA E O ESPECTRO DO HAITIANISMO: IMAGENS E
REPRESENTAÇÕES NOS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX**

Larissa Ribas dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
(Presidente)

Prof.^o Dr. Johnny Taliateli do Couto

Dedico este trabalho aos meus pais, Marcos e Aliene, que, com muito suor e esforço, me prepararam para este momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Professora Maria Cristina Nunes, que, graças as suas orientações, pude concluir este trabalho com êxito. Obrigada por acreditar no meu potencial e por ser essa pessoa e historiadora incrível.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e todo o colegiado do curso de licenciatura em História pela excepcional formação acadêmica e profissional, serei grata eternamente. Agradeço ao Programa Universidade Para Todos (PROUNI) pela bolsa de estudos concedida a mim e pela oportunidade de transformar não só a minha vida, mas a vida de milhares de pessoas através dos estudos.

Agradeço a minha família, Marcos Santos, Aliene Ribas e Marina Ribas, que foram o alicerce para a minha formação enquanto pessoa. Sem vocês nada disso seria possível. Obrigada por todo apoio incondicional e por serem a base sólida que sempre pude contar. Eu amo vocês!

Agradeço os meus grandes amigos que a vida me presenteou, Sabrina Dornelis e Agostinho Cabral. Obrigada por serem os melhores ouvintes que alguém poderia ter e por sempre acreditarem em mim. Vocês são a minha segunda família.

Agradeço imensamente as minhas companheiras de curso, Ana Clara Duarte e Jordana França, com quem compartilhei esses quatro anos árduos de graduação. Vocês foram a minha luz nessa trajetória, minha maior alegria é saber que conseguimos finalizar essa etapa juntas, como sempre foi. Obrigada pelas risadas e pelas lágrimas compartilhadas, pelas conversas na cantina da faculdade e por serem alento nos momentos difíceis. Levarei vocês no meu coração para sempre.

E, por fim, agradeço a todas as mulheres negras que abriram o caminho para mim e para todas as jovens que acreditam no poder da ciência e da educação. Quando decidimos nos movimentar, toda a sociedade se movimenta.

“O Brasil é um país negro, mesmo que não queira reconhecer os caminhos que o formaram.”

**Beatriz
Nascimento**

RESUMO

Este estudo analisa a Revolução Haitiana (1791-1804) e seus impactos no Brasil oitocentista, com destaque para o fenômeno do Haitianismo e o uso político do Haiti como símbolo de desordem e insubordinação racial pelas elites brasileiras. A pesquisa examina a formação de Saint-Domingue, marcada pela economia agroexportadora, pelo trabalho escravizado e pelas tensões sociorraciais que resultaram na mais bem-sucedida revolução de pessoas escravizadas da história moderna. Investiga-se também como a imprensa brasileira do século XIX, especialmente a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mobilizou o exemplo haitiano para reinterpretar revoltas internas e legitimar medidas repressivas. As referências ao Haiti atuaram como instrumento de controle social e metáfora de perigo racial, influenciando debates políticos e percepções acerca da população escravizada. Ao situar o Haitianismo no contexto atlântico e imperial, o estudo demonstra que o medo do “espectro haitiano” foi central na cultura política brasileira e moldou estratégias de vigilância e repressão no período.

Palavras-chave: Revolução Haitiana; Haitianismo; Imprensa brasileira; Século XIX.

ABSTRACT

This study examines the Haitian Revolution (1791–1804) and its influence on nineteenth-century Brazil, focusing on Haitianism and the political use of Haiti as a symbol of disorder and racial insubordination by Brazilian elites. It outlines the formation of Saint-Domingue, shaped by an agro-export economy, dependence on enslaved labor, and tensions that led to the most successful slave-led revolution in modern history. The study also analyzes how the Brazilian press, particularly the *Gazeta do Rio de Janeiro*, invoked the Haitian example to interpret internal revolts, justify repression, and reinforce the slave-based social order. By situating Haitianism within the Atlantic and imperial Brazilian contexts, the research shows that fear of the “Haitian specter” played a central role in shaping political culture, surveillance strategies, and responses to social tensions in Brazil.

Keywords: Haitian Revolution; Haitianism; Brazilian press; Nineteenth century.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I – A COLONIZAÇÃO DO HAITI E OS DESDOBRAMENTOS QUE LEVARAM AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO	14
--	-----------

1.1- A CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO HAITI AS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA	14
---	----

1.2- LIBERDADE E ESCRAVIDÃO: CONTRADIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NA FRANÇA E NO HAITI	21
--	----

1.3– A REVOLUÇÃO QUE ABALOU TRÊS CONTINENTES	26
--	----

CAPÍTULO II – HAITIANISMO E AS ELITES BRASILEIRAS: AS REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO DO HAITI CHEGAM AO BRASIL....	39
--	-----------

2.1 – OS ECOS DA INSURREIÇÃO DE SÃO DOMINGOS NOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA	39
--	----

2.2 – REPRESENTAÇÕES DO HAITI NA IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO ESCRAVISTA	49
--	----

2.3 O HAITI IMAGINADO: ESCRAVIZADOS DO BRASIL E A MEMÓRIA DE UMA REVOLUÇÃO	59
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	74
--------------------------	-----------

INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana (1791-1804) constitui um dos processos históricos mais significativos e complexos da contemporaneidade. Ao transformar a colônia francesa de Saint-Domingue na primeira república negra independente das Américas, o movimento rompeu com os fundamentos políticos, econômicos e raciais que sustentavam o sistema escravista ocidental, fazendo com que o Haiti emergisse como símbolo de emancipação para populações escravizadas em todo o Atlântico, provocando profundo temor nas sociedades escravistas, que passaram a utilizá-lo como exemplo de desordem e ameaça à ordem racial. No Brasil do século XIX, tal fenômeno manifestou-se por meio do que a historiografia denominou de Haitianismo, isto é, o uso do Haiti como metáfora política para interpretar levantes internos, justificar medidas repressivas e consolidar discursos antirrevolucionários.

Este trabalho, portanto, examina como a imprensa brasileira construiu significados temores, interpretações e representações sobre o Haiti revolucionário, especialmente entre as primeiras décadas do século XIX e meados de 1850. O recorte temporal definido compreende um momento marcado pela intensificação das tensões escravistas no Brasil, pela circulação de notícias internacionais na imprensa e pelo crescimento das rebeliões urbanas e rurais envolvendo a população escravizada. Nesse período, jornais, relatórios administrativos, discursos parlamentares e correspondências privadas evidenciavam que o Haiti se tornara objeto de constante preocupação política, funcionando como lente interpretativa para revoltas internas e como argumento para reforçar o controle social e racial. Assim, o foco desse estudo recai sobre as percepções impressas nos jornais brasileiros, suas narrativas e estratégias retóricas, especialmente na Gazeta do Rio de Janeiro, periódico oficial da Corte Joanina e, posteriormente, imperial.

A historiografia sobre a Revolução Haitiana consolidou, ao longo das últimas décadas, um conjunto de interpretações que iluminam as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais do processo revolucionário. A obra seminal de Cyril Lionel Robert James, *Os Jacobinos Negros* (2010), inaugurou uma visão que destaca a ação política dos escravizados, recolocando-os no

centro do processo histórico e enfrentando leituras que minimizavam sua agência. James evidencia a complexidade da liderança de Toussaint Louverture e os impactos geopolíticos da revolução.

A pesquisa de Carolyn Fick, *The Making of Haiti* (1990) aprofunda a compreensão da revolução a partir das bases populares, enfatizando as redes de solidariedade entre os escravizados, suas estratégias de organização e o papel decisivo das comunidades rurais. Sua abordagem rejeita leituras deterministas, demonstrando que a revolução foi fruto de resistências prolongadas e de mobilizações internas. Por sua vez, Laurent Dubois, em *Avengers of the New World* (2004), propõe uma síntese contemporânea que combina narrativa histórica e análise social, incorporando dimensões simbólicas, culturais e religiosas da revolução. Sua leitura enfatiza o Haiti como ator autônomo e complexo dentro do mundo atlântico, criticando visões que subordinam Saint-Domingue aos acontecimentos europeus.

No Brasil, a compreensão sobre o impacto simbólico da Revolução Haitiana tem se ampliado com trabalhos como o de Luã Pedro Rocha Carvalho (2021), que investiga a circulação do medo do Haiti entre as elites brasileiras, e o de Lima et al. (2022), que analisa a presença do Haitianismo nos debates políticos e na imprensa. Nesse conjunto, destaca-se também a obra de Marco Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista* (2017), fundamental para este estudo. Morel demonstra, com base em extensa documentação jornalística e administrativa, como o Haiti foi permanentemente evocado pela elite política, pela imprensa e por agentes do Estado brasileiro. A partir de discursos parlamentares, periódicos e narrativas oficiais, Morel revela como o *Haitianismo* operou como instrumento retórico para interpretar revoltas internas, justificar medidas repressivas e reforçar valores conservadores. Sua obra evidencia que a referência ao Haiti, mesmo quando indireta, foi central na cultura política do Império, sobretudo como metáfora de perigo racial. Trata-se de uma das análises mais completas sobre a presença do Haiti no imaginário social brasileiro, servindo como eixo interpretativo para esta pesquisa.

Em conjunto, essas obras constituem o arcabouço teórico que orienta este trabalho, permitindo compreender o Haiti como episódio não isolado, mas como

um processo de conexões transatlânticas, cujas reverberações estruturaram discursos, medos e estratégias de poder no Brasil imperial.

A situação-problema que orienta esta pesquisa centra-se na seguinte questão: como a Revolução Haitiana foi representada e mobilizada pelos jornais brasileiros do século XIX, e de que maneira essas representações contribuíram para reforçar a ideologia escravista e para alimentar o Haitianismo no Brasil? A partir desse eixo problematizador, formulou-se algumas hipóteses interpretativas. A primeira sugere que a imprensa brasileira utilizou o Haiti como recurso discursivo de advertência, apresentando-o como exemplo negativo capaz de justificar a intensificação da vigilância e da repressão sobre a população escravizada. A segunda hipótese considera que o chamado Haitianismo atuou como mecanismo de legitimação das elites políticas e latifundiárias, reafirmando a necessidade de preservar a ordem imperial e de evitar levantes semelhantes aos do Haiti. A terceira hipótese aponta que as informações sobre o Haiti circularam também entre os próprios escravizados, fomentando expectativas de revoltas para se alcançar a liberdade e, por isso, motivaram ações de censura e controle por parte das autoridades.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a Revolução Haitiana e as percepções difundidas na imprensa brasileira oitocentista, buscando compreender de que modo esses discursos influenciaram tanto a política escravista quanto o imaginário social do período. Para alcançar tal finalidade, estabeleceu-se alguns objetivos específicos, entre os quais: examinar a construção do Haitianismo no âmbito atlântico; identificar referências diretas e indiretas ao Haiti nos jornais brasileiros; compreender como essas menções articulavam o episódio haitiano às revoltas internas; e, por fim, discutir como o medo racial operou nas políticas de controle social no Brasil imperial.

A pesquisa fundamenta-se na tradição da história atlântica, nos estudos sobre escravidão e resistência, e na análise do discurso, empregada como procedimento metodológico para examinar as representações da Revolução Haitiana e do Haitianismo na imprensa brasileira do século XIX. Parte-se do entendimento de que os jornais não funcionaram como meros artifícios informativos, mas produziram sentidos, mobilizando linguagens, metáforas e narrativas que associavam a nação negra haitiana à desordem, à violência e ao

perigo racial. A pesquisa articula-se aos campos da história política e cultural para identificar como essas construções discursivas foram utilizadas pelas elites políticas e intelectuais como instrumento de controle social. A metodologia também envolve leituras sistemáticas de periódicos oitocentistas, bem como diálogo crítico com a historiografia contemporânea, especialmente aquela dedicada a Revolução do Haiti, a escravização atlântica e a história, e a cultura política do Brasil do século XIX. Esse diálogo não se limita à incorporação de interpretações consolidadas, mas envolve a problematização das categorias analíticas utilizadas pelos autores, a comparação entre diferentes leituras historiográficas e a confrontação dessas interpretações com as fontes primárias analisadas.

Por fim, esta introdução apresenta a estrutura dos capítulos que compõem esta monografia. O capítulo I discute a formação histórica, social e econômica da colônia de Saint-Domingue, enfatizando suas lideranças, etapas e impactos atlânticos. O capítulo II analisa, em especial, o Haitianismo no Brasil e em outras sociedades latino-americanas, destacando como as elites reagiram ao exemplo haitiano e de que modo esse fenômeno repercutiu na imprensa, na política imperial e nas dinâmicas de resistência da população escravizada.

CAPÍTULO I – A COLONIZAÇÃO DO HAITI E OS DESDOBRAMENTOS QUE LEVARAM AO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

O primeiro capítulo dedica-se a apresentar o contexto histórico, social, econômico e político da colônia de Saint-Domingue, buscando compreender os múltiplos fatores que permitiram o surgimento da Revolução Haitiana no final do século XVIII. Inicialmente, discute-se a formação da sociedade colonial, marcada por uma estrutura rigidamente racializada, pela exploração intensiva do trabalho escravizado e pela prosperidade da economia açucareira, que transformaram Saint-Domingue na colônia mais lucrativa do mundo atlântico. Em seguida, o capítulo aborda os impactos das ideias iluministas, as tensões entre brancos, livres de cor e escravizados, bem como o modo como essas tensões foram intensificadas pelas disputas metropolitanas decorrentes da Revolução Francesa.

1.1 - A CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO HAITI ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

As ilhas localizadas na América Central foram os primeiros territórios explorados por Cristóvão Colombo, a partir de 1492, ao desembarcarem no espaço continental que conhecemos na contemporaneidade como América. Colombo e sua tripulação atracaram na ilha denominada de Hispaniola, área que atualmente encontra-se dividida entre a República Dominicana e a República do Haiti. Morel (2017) aponta que durante este período de chegada dos navegantes espanhóis, o território correspondente ao Haiti possuía uma população aproximada de 300 mil povos indígenas, que foram posteriormente dizimados pelos europeus, cerca de três décadas depois.

Em meados do século XVII, Thomas (2004) explica que a parte ocidental da ilha (atual Haiti) foi ocupada por piratas, corsários e colonos franceses de maneira ilegal, fazendo com que a Espanha perdesse uma parte da ilha de Hispaniola, tornando-a, em 1665, ilha de Saint-Domingue pelo seu administrador local, Bertrand d'Oregon. Concomitantemente, foi estabelecido o

Tratado de Ryswick (1697) que declarou o fim da Guerra dos Nove Anos¹ entre a França e uma coalizão europeia liderada pela Inglaterra e o Sacro Império Romano-Germânico. Foi esse Tratado que oficializou o reconhecimento da soberania da França sobre a ilha de Saint-Domingue por parte da Espanha. De forma que, com o decorrer do tempo, a França acabou por consolidar essa ocupação, juntamente com o apoio da marinha e demais autoridades francesas (Dubois, 2004).

A ilha de Saint-Domingue foi um dos mais prósperos territórios coloniais do mundo. Segundo Morel (2017), a produção de cana-de-açúcar, assim como a de café, algodão e vários outros gêneros agrícolas tornaram-se a base principal para a economia da ilha. Essa produtividade das *plantations* era mundialmente conhecida, como também a qualidade dos produtos daquela região, chegando a ser nomeada de “A Pérola das Antilhas”, responsável por dois terços da exportação do açúcar mundial:

O cultivo da cana-de-açúcar e do café intensificado nas décadas seguintes a posse francesa, baseava-se no conhecido tripé: agricultura de exportação através do trabalho de escravizados oriundos da África, embora houvesse significativa produção de subsistência. E no resplendor do século das luzes, por volta de 1766, a Ilha de São Domingos tornara – se a mais próspera das possessões francesas, conhecida como A Pérola das Antilhas (Morel, 2017, p.82).

Em contrapartida, a rentabilidade gerada pelas exportações dependia totalmente da mão de obra de quase quinhentas mil pessoas escravizadas, traficadas do Continente Africano para as Américas, outra grande fonte de riqueza dos franceses. Esse grande contingente de escravizados potencializava a produção que, mais tarde, proporcionou enormes lucros à França (Carvalho, 2021).

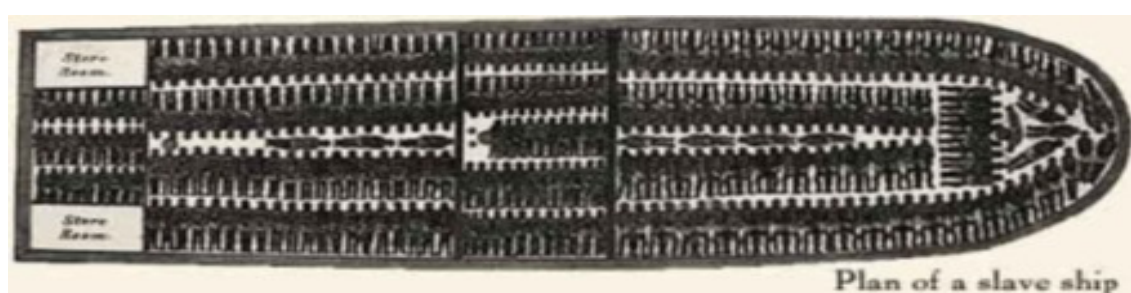
Por sua vez, o sistema escravista vigente na América, de norte a sul, no período situado entre os séculos XVI e XIX, possuía estruturas sociais e econômicas bastante sólidas para se manter enquanto modelo de produção de riqueza. Entretanto, este mesmo sistema era estruturado principalmente pela propagação do medo perpetrado pelas ações violentas dos colonos contra a população escravizada, vinda da África.

¹ A Guerra dos Nove Anos (1791–1800), também chamada de Segunda Guerra dos Marrons, foi o conflito entre os marrons de Trelawny Town, na Jamaica, e o governo colonial britânico, motivado pelo descumprimento de tratados que garantiam autonomia às comunidades marrons desde a década de 1730. O confronto terminou com a derrota e deportação dos marrons, simbolizando a repressão colonial às formas de resistência e autonomia negra no Caribe.

Nesse sentido, as pessoas trazidas forçadamente do Continente Africano para serem escravizadas vivenciavam experiências de violências extremas que despertavam medo, mas também sentimentos de ódio e revolta pelos escravistas. As condições desumanas em que eram trazidas nos navios negreiros e, conseqüentemente, mantidos em situações degradantes quando chegavam às colônias, eram propositais para causar este sentimento de amedrontamento entre os escravizados, e tinham como objetivo propagar o terror e impedir qualquer movimento de rebelião como expõe (James, 2010, p. 22-23):

Nos navios, os escravos eram espremidos nos porões uns sobre os outros dentro de galerias. A cada um deles era dado de um metro a um metro e meio apenas de comprimento e de meio metro a um metro de altura, de tal maneira que não podiam nem se deitar de comprido e nem se sentar com a postura reta. Ao contrário das mentiras que foram espalhadas tão insistentemente sobre a docilidade do negro, as revoltas nos portos de embarcação e a bordo eram constantes. Por isso os escravos tinham de ser acorrentados: a mão direita à perna direita, a mão esquerda à perna esquerda, e atrelados em colunas a longas barras de ferro. Nessa posição eles permaneciam durante a viagem, sendo levados ao tombadilho uma vez por dia para se exercitar e para permitir que os marinheiros “limpassem os baldes”. Mas, quando a carga era rebelde ou o tempo estava ruim, eles permaneciam no porão por semanas. A proximidade de tantos corpos humanos nus com a pele machucada e supurada, o ar fétido, a disenteria generalizada e a acumulação de imundícies tornavam esses buracos um verdadeiro inferno.

Figura 1 - Ilustração Publicada pela sociedade da Moral Cristã, Comitê pela Abolição do Tráfico de escravos



Fonte: Carvalho, 2010

A ilustração apresentada corresponde ao famoso plano de um navio negreiro, amplamente utilizado pelas sociedades abolicionistas do Atlântico como instrumento de denúncia contra o tráfico transatlântico de africanos escravizados. Publicada originalmente no final do século XVIII e posteriormente reproduzida por diferentes comitês, como a Sociedade da Moral Cristã em 1822, o diagrama expõe de forma impactante o arranjo dos corpos no porão,

revelando o superlotação e a desumanização e que eram submetidos durante a diáspora.

Na contemporaneidade, gravuras como essas são utilizadas enquanto fontes históricas e nos levam a refletir a respeito do tratamento dado aos povos afro-diaspóricos, desde o momento em que eram apreendidos e levados às Américas, com o falso pretexto de inseri-los em uma civilização moderna. Entretanto, como nos mostra as fontes historiográficas e ao contrário do que um revisionismo histórico sem rigor propaga, nenhuma das mais cruéis medidas que este sistema impôs, impediram os escravizados de se revoltarem contra a estrutura escravista, como veremos mais a frente.

Como afirma Neves (2023), em grande parte das colônias muitos escravizados cometiam suicídio como forma de resistência, pois, para essas pessoas, a morte seria a melhor opção do que ser mantido na condição de escravos. Carvalho (2021) também constata que os escravizados lutaram e formaram resistência por muitos anos, no entanto, somente ao final do século XVIII, com os prelúdios da Revolução Francesa acontecendo, juntamente com as disputas das potências europeias pelas Antilhas, foi que se criou um cenário propício à eclosão de revoltas pelo fim da escravidão:

As formas de resistir ao sistema brutal de escravidão na ilha eram diversas, ocorriam antes do século XVIII e nunca cessaram. Essas diferentes formas de resistência podiam ser observadas desde as revoltas violentas até as negociações desiguais entre escravizados e seus algozes. Desse modo, conquistaram através dos anos concessões que garantiram um pouco mais de dignidade para sua situação. Os escravizadores, por exemplo, foram obrigados a arcar com uma determinada quantia de alimentos ou um pequeno lote de terra para os escravizados plantarem suas próprias provisões, juntamente com parte do sábado e todo o domingo para cultivar nesse terreno (Carvalho, 2021, p. 25).

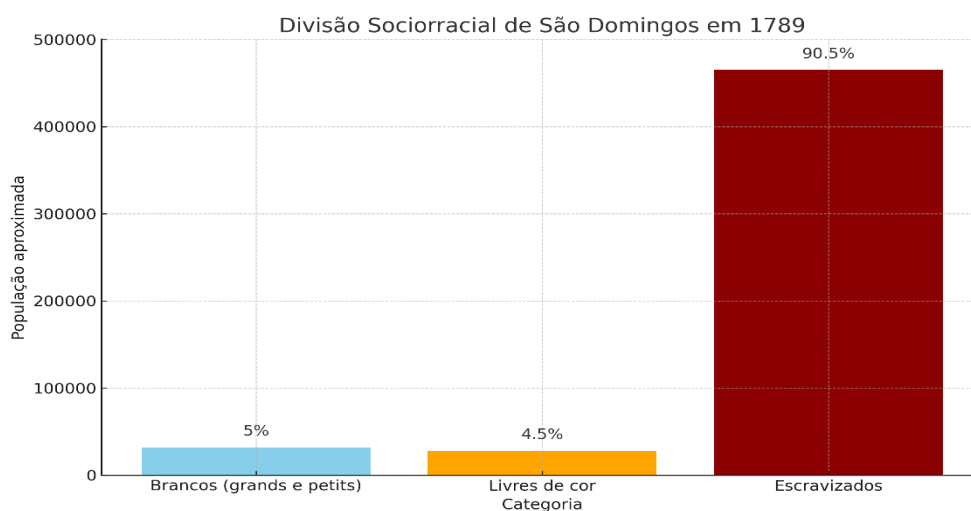
Neves (2023), aprofundando-se nas estruturas sociais da ilha de Saint-Domingue, constata que os escravizados não trabalhavam apenas nas plantações de cana de açúcar ou café. Alguns deles também atuavam em outros postos da colônia porque eram considerados pessoas de confiança, como os capatazes, dentre outros. Essa mobilidade social criou um sistema de hierarquia entre os escravizados da ilha, a exemplo dos *Crioulos*, que eram os escravizados nascidos na colônia que, sendo mestiços ou não, atuavam como

capatazes nas fazendas, pois sabiam falar francês ou o *Créole*². Por este motivo os *Crioulos* eram considerados mais confiáveis do que os africanos que, em grande maioria, não conseguiam falar nenhum idioma que fosse inteligível para os colonos.

Neste sistema hierárquico, os escravizados eram alocados em diversos setores da colônia, a exemplo, os escravizados domésticos que trabalhavam dentro da casa grande, entre eles, as mulheres negras que cuidavam de crianças brancas. Esses escravizados domésticos, geralmente, por ocuparem essa posição, nutriam certo desprezo aos escravizados da lavoura. Havia, também, os *Engagé*, que eram escravizados brancos que possuíam uma data definida para serem libertos, ao contrário dos negros, que viviam na condição de escravo vitalícia (Neves, 2023).

Entre a população branca da ilha, destacavam os *Grands Blancs* (grandes brancos), um grupo formado pelos latifundiários franceses, em grande número, eram proprietários de extensas terras; e os *Petit Blanc*, os pequenos proprietários de terras, em menor número, eram franceses brancos, nascidos na ilha. Morel (2017) comenta que durante o período da Revolução Francesa a população da Ilha de Saint-Domingue chegou a 520 mil habitantes que, classificada pelos critérios sociorraciais, expressava sua desigualdade e desproporção, como expõe o gráfico abaixo:

Figura 2- Divisão sociorracial de São Domingos em 1789



Fonte: Moreau de Saint-Méry

² Fenômeno linguístico que ocorre nas colônias, geralmente com uma língua de origem europeia e outra de origem africana formando uma terceira (James, 2010, p. 93).

Lima et al (2022) afirma que o Haiti possuía a maior quantidade de escravizados libertos das Américas por ser a colônia que mais possuía povos africanos ao final do século XVIII. Este número de quase meio milhão de pessoas escravizadas apenas seria superado pelo Brasil no século XIX, e, também, pela razão de que o casamento entre pessoas brancas e negras não era abertamente ilegal, como nos EUA. Essa flexibilização quanto ao casamento fez com que os filhos mestiços, nascidos na ilha, fossem libertos até a promulgação do *Código Noir*³ em 1685, no qual declarava-se que os filhos mestiços seriam mantidos em condição de escravizado assim como a mãe, independente do pai ser um negro livre ou branco.

Rosa e Pongnon (2013) constata também que os mestiços e crioulos libertos faziam parte de uma classe muito importante para o processo revolucionário, os *Affranchis*. Estes representavam a população livre da ilha, mestiços ou *Creoulos*, que possuíam pequenas terras e eram também proprietários de pessoas escravizadas, porém em um número bem menor em comparação aos grandes latifundiários franceses que, por sua vez, desprezavam os *Affranchis* em razão da posição social que ocupavam. Nesta perspectiva, (Morel, 2017, p. 83) aponta que:

Juntava-se um sistema particularmente violento no trato com os escravos (mesmo considerando-se a operacionalidade habitual de um sistema escravista) ao comportamento predominante entre proprietários rurais e administradores coloniais, que expressava uma característica da aristocracia francesa: eram socialmente fechados. Baseados não apenas em privilégios e interesses evidentes, mas numa tradição enraizada nos costumes, hierarquias, distinções e preconceitos, os grupos dominantes e dirigentes de São Domingos não se mostravam abertos a incorporar, ainda que seletivamente, indivíduos que tivessem alguma “gota de sangue” africano. Tal fronteira racial marcou a sociedade que ali se construía.

³ O Código Noir (Código Negro) foi um decreto real promulgado em 1685 na França pelo rei Luís XIV, com o objetivo de regular a vida das pessoas escravizadas nas colônias francesas, especialmente nas ilhas do Caribe, como São Domingos, Martinica e Guadalupe. O Código Noir institucionalizou juridicamente a desumanização dos africanos e seus descendentes. O historiador Sala Molins mostra que o Código transformava estas pessoas em propriedade, justificando moral e juridicamente a escravidão em nome da fé e da ordem pública (Molins, 2006).

Portanto, diante dessa diversificada estrutura de classes, as relações sociais no Haiti enquanto colônia tem sido considerada pelos estudiosos muito complexa por uma série de fatores, pois ao contrário do pensamento anacrônico de que os negros escravizados estariam unidos em prol de um Panafricanismo,⁴ que os libertaria ou algo do gênero, os estudos e a historiografia recentes demonstram que essa conexão não se evidencia. O que se tem constatado é que existia um anseio dos povos escravizados de se libertar dos grilhões que os acorrentavam para ocuparem os mesmos espaços e garantir para si os mesmos direitos que as pessoas brancas de Saint-Domingue usufruíam. Anseio que, posteriormente, culminaria em uma revolução liderada inteiramente pelos negros libertos e escravizados (Neves, 2023).

Neste contexto, a partir da década de 1760, na França, iniciava-se um processo de crise material intensa, caracterizada pelo declínio do Antigo Regime, que desencadeou uma série de transformações estruturais interligadas. O Estado Francês acumulava dívidas decorrentes de guerras onerosas como a Guerra dos Sete Anos (1756–1763) e do apoio declarado à Revolução Americana (1776), ao mesmo tempo em que seu sistema tributário isentava o Clero e Nobreza dos impostos, sobrecarregando o terceiro estado. Na época, as más colheitas e o aumento dos preços dos alimentos intensificaram o sofrimento da população e a instabilidade social, fazendo com que a França dependesse quase que totalmente da colônia para se manter, o que desencadeou um grande pico de exploração na colônia (Lefebvre, 1987; Doyle, 2002; Hobsbawm, 2014).

Em consequência da instabilidade da metrópole, a ilha de Saint-Domingue começou a sentir os efeitos desta crise, e o temor da França nesse cenário era de que os negros libertos e os colonos se unissem e declarassem a independência da ilha. Algumas das saídas que encontraram para conter esse avanço foram dificultar a alforria para os escravizados, revogando

⁴ O Panafricanismo é um movimento político, intelectual e cultural que surgiu no final do século XIX e ganhou força ao longo do século XX, com o objetivo de promover a união dos povos africanos e da diáspora negra em torno da luta contra o racismo, o colonialismo e a dominação imperialista. Fundamenta-se na ideia de que africanos e seus descendentes, independentemente da localização geográfica, compartilham uma história comum de opressão e resistência (Santos, 2013; Adékóyà, 2009).

algumas leis do *Código Noir*, proibindo os negros libertos de frequentarem certos lugares e os mestiços de usarem o sobrenome branco de um lado da família, e fomentaram, também, os conflitos entre os negros libertos e os brancos livres, com o objetivo de torná-los cidadãos de segunda classe. Os negros libertos, por sua vez, mais a frente, se uniram com os escravizados no processo revolucionário (Rosa e Pongnon, 2013).

Para encerrar este tópico, torna-se relevante para esse estudo, sublinhar que a última categoria que se pode caracterizar como um fenômeno análogo ao quilombo brasileiro na sociedade colonial do Haiti, foram os chamados de *Marronage*, um grupo de escravizados fugitivos que se refugiavam nas montanhas da ilha de Saint-Domingue, onde construíam comunidades para viverem em liberdade. Estes faziam incursões violentas com o propósito de matar os donos das fazendas, ateando fogo nas plantações e libertando escravizados. Por conta dessas ações, os *Marronage* possuíam uma má reputação entre os proprietários das fazendas, de serem extremamente perigosos. Dentre eles, a figura mais conhecida foi François Mackandal, escravizado africano que fugiu em 1751, tornando-se líder militar dos *Marronage* por sete anos. Liderou ataques às fazendas, libertando milhares de escravizados, evidenciando mais uma vez a força da resistência haitiana. Mackandal foi capturado e teve seu corpo carbonizado em vida pelos donos de escravizados. Seu suplicio foi utilizado como mecanismo de controle por meio do medo (James, 2010).

1.2- LIBERDADE E ESCRAVIDÃO: CONTRADIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NA FRANÇA E NO HAITI

Considerada o grande marco para o início da contemporaneidade, a Revolução Francesa e seus desdobramentos continuam sendo pautas recorrentes para análises que envolvem os aspectos políticos e ideológicos no tempo presente. Sob esta perspectiva, Hobsbawm (2019) argumenta que, assim como a Revolução Industrial britânica constituiu o alicerce central para a economia do mundo durante o século XIX, a Revolução Francesa, marcada por seu caráter burguês, seguiu uma trajetória semelhante, exercendo influências na consolidação das democracias das sociedades modernas ocidentais. Foi o

primeiro movimento revolucionário de grande magnitude a incorporar os conceitos de nacionalismo, política liberal e radical-democrata que, posteriormente, reverberaram no processo de independência das colônias na América.

Ao final do século XVIII, os velhos regimes do continente europeu, em especial na França absolutista, enfrentavam crises em seus sistemas econômicos. A grande insatisfação grassava na sociedade, principalmente, com relação a escassez de recursos que assolava boa parte da população e do terceiro estado, em detrimento da vida de regalias e privilégios que a nobreza e o clero mantinham, fazendo com que as últimas décadas que antecederam a Revolução Francesa fossem marcadas por agitações políticas tanto na França como em algumas colônias, que buscavam autonomia política e econômica. Vovelle (2012) explica que além dos privilégios exacerbados, o Antigo Regime na França ainda mantinha raízes arraigadas no feudalismo, um sistema de produção considerado obsoleto em comparação com a Inglaterra, que já havia iniciado seu processo de industrialização anos antes:

Era clássico na época opor o sistema agrário francês ao sistema inglês, no qual a erradicação profunda dos vestígios do feudalismo conduziu a uma agricultura de tipo então capitalista. Inversamente, podemos comparar o que acontece na França com os modelos propostos pela Europa central e oriental, onde a aristocracia, proprietária da maior parte do solo, apoia-se cada vez mais no século XVIII nas corveias dos servos ligados à terra. A versão francesa do feudalismo, a meio caminho entre os dois sistemas, era talvez cada vez menos suportável, na medida em que se encontrava moribunda, no último estágio de seu declínio (Vovelle, 2012, p.7).

Considerando tal conjuntura, a França enfrentava a emergência de novas forças sociais que buscavam conciliar as ordens estabelecidas pelo Antigo Regime com os novos ideais econômicos e políticos que começavam a ganhar espaço em território francês. O economista Turgot foi uma figura de destaque neste contexto pré-revolucionário, como afirma Hobsbawm (2019), ele era o que chamamos de “déspota esclarecido”, visto que o despotismo esclarecido foi um modelo de governo que consistia em estabelecer uma relação de equilíbrio entre o absolutismo que predominava não apenas na França, mas na Europa como um todo, com os ideais iluministas. Tais ideais passaram a ser caracterizados pelas ideias de progresso, pela racionalidade e demais reformas sociais, como por exemplo, a exploração eficiente da terra,

expansão dos comércios e empresas livres economicamente, entre outras demandas da época.

A historiografia evidencia que a implementação das reformas propostas pelo despotismo esclarecido revelou-se um fracasso contundente, uma vez que não buscavam mobilizar o povo de maneira eficaz. Ademais, devido ao seu caráter moderador, tais reformas mostraram-se insuficientes para atender às demandas de transformações, sendo consideradas inadequadas para conter as mudanças necessárias. Neste sentido, Hobsbawm (2019, p. 101-102) observa:

[...] na maioria dos países de “despotismo esclarecido” essas reformas ou eram inaplicáveis e, portanto, meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo estado. Na França, elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva. Mas os resultados deste fracasso foram mais catastróficos para a monarquia; e as forças da mudança burguesa eram fortes demais para cair na inatividade. Elas simplesmente transferiram suas esperanças de uma monarquia esclarecida para o povo ou a “nação”.

Esse fracasso se desdobrou na tomada da Bastilha pelo povo parisiense em julho de 1789, que marcou o início da revolução, tornando-se o grande símbolo de libertação do povo francês naquele período. Ao mesmo tempo, representou o enfraquecimento político dos reis absolutistas, fazendo com que a tensão política e social na França aumentasse em grande escala.

A primeira etapa do processo revolucionário, denominada de Monarquia Constitucional, ficou caracterizada pela consolidação e atuação da burguesia nas cidades e dos camponeses no interior, e pela abolição dos privilégios do clero e da nobreza. A segunda fase ganhou o nome de Reino do Terror, marcada pela radicalização política e pelos altos números de mortes na guilhotina, assim como aconteceu com o rei Luís XVI e demais membros do primeiro e segundo estado que faziam oposição aos jacobinos⁵ (Vovelle, 2012).

⁵ Os jacobinos constituíram a ala mais radical da Revolução Francesa, defendendo princípios como a soberania popular, o sufrágio universal masculino e reformas sociais voltadas às classes populares urbanas. Segundo Albert Soboul (1981), representavam os interesses da pequena burguesia e dos sans-culottes, atuando como força motora na radicalização democrática da revolução. Para Soboul, o jacobinismo foi um instrumento de avanço social e político das massas.

A Europa absolutista do século XVIII também foi o palco do surgimento de um movimento intelectual que modificaria grande parte da sociedade em seu sentido político e na maneira de pensar e perceber o mundo. O Iluminismo, responsável pela origem do pensamento moderno, acreditou que a razão era o meio viável para se obter liberdade e autonomia. Alguns pensadores iluministas como Diderot questionavam o fim da escravidão, porém, não em uma perspectiva abolicionista ou algo do gênero (Neves, 2023).

Há de se lembrar que os filósofos iluministas associavam a escravidão ao feudalismo, aos privilégios de nascimento e teciam críticas ao fato de a metrópole possuir o monopólio de exploração. Entretanto, para alguns estudiosos, a exemplo de Vovelle (2012), esses pensadores defendiam a expansão da propriedade privada em larga escala para engradecer o poder econômico da burguesia. Ademais, defendiam que a escravidão fosse abolida de maneira lenta e gradual e não por decreto, pois tinham receio de enfraquecer a metrópole e, por conseguinte, a colônia declarar sua independência:

Na França, o problema das colônias e da escravidão era discutido pelos homens do Iluminismo: Montesquieu, Rousseau, Diderot, abade Raynal. A elite esclarecida tinha contato com os reformistas ingleses (como Wilberforce) que faziam campanha contra o tráfico negreiro. Como eles, a Sociedade dos Amigos dos Negros, fundada em 1788, foi liderada por pensadores e publicistas como Brissot, Condorcet, o abade Grégoire e Claviere Mirabeau fazia parte dela, assim como Robespierre. Eles defendiam o fim do tráfico negreiro e, desde o início da revolução, a concessão de direitos civis aos negros libertos; a abolição progressiva da escravatura era um objetivo mais distante para eles. Mas havia uma forte resistência da parte dos meios interessados no comércio das ilhas: os fazendeiros e seus amigos uniram-se aos armadores dos portos, que prosperavam graças ao sistema (Vovelle, 2012, p.159).

Com a burguesia no controle do cenário político francês se tornando a classe dominante durante os primeiros momentos da revolução, Neves (2023) enfatiza que a ilha de Saint-Domingue conseguiu eleger seis deputados para representá-los no Parlamento francês, no entanto, todos eram brancos e latifundiários. Tal composição gerou muita insatisfação entre a população negra da ilha, que esperava que a Revolução pudesse desencadear o início de um verdadeiro processo de emancipação.

Ainda no ano de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi promulgada, representando a ruptura com o Antigo Regime e a ascensão da burguesia neste novo contexto, enfatizando a centralidade do

indivíduo como cidadão atuante na sociedade. Entretanto, apesar do viés revolucionário, a historiografia evidencia diversas incongruências entre os princípios que foram proclamados. Ao aplicá-los a realidade, a Declaração não reconheceu os direitos das mulheres como cidadãs e, embora afirmasse que a liberdade e a igualdade como direitos naturais, o documento não abrangia as colônias francesas, onde o sistema escravista ainda era vigente.

Inicialmente, a cidadania plena foi reconhecida restritamente a homens brancos proprietários de terra, o chamado Sufrágio Censitário, que manteve excluída grande parte da população francesa. Em Saint-Domingue, a população de negros livres que possuía certo poder aquisitivo começara a reivindicar seus direitos como cidadãos para poder gerir seus territórios (Hunt, 2009; James, 2010 Lefebvre, 2001; Trouillot, 2016).

Em uma perspectiva jurídica e social, essa questão se torna um dos pontos centrais para discussão neste tópico, visto que os escravizados e negros livres das colônias sequer foram reconhecidos como cidadãos pela burguesia francesa. Portanto, é importante ressaltar que apesar de pontos de conexão entre a Revolução Francesa e a Revolução do Haiti, e que a influência dos pensamentos iluministas reverberou seus ecos até a ilha de Saint-Domingue, a Revolução Haitiana não foi um reflexo isolado ou uma consequência direta do que ocorreu na França.

Morel (2017) comenta que no campo historiográfico, especialmente na historiografia francesa, é recorrente apontar a Revolução Francesa como grande precursora da Revolução do Haiti, atribuindo unicamente aos ideais importados da França como os estímulos singulares para a rebelião dos escravizados. Além desses dois processos revolucionários serem completamente distintos quanto a luta do povo francês contra o absolutismo e o Antigo Regime e a luta dos negros em Saint-Domingue pela abolição da escravidão e emancipação enquanto nação, Morel (2017) reforça que análises como essas são signatárias de preconceitos, pois inviabiliza as ações de resistência dos povos escravizados à dominação e à exploração. Evidentemente, para que as estruturas coloniais fossem destruídas seria necessário que ocorresse o enfraquecimento da metrópole, porém, os ideais revolucionários não atuavam sozinhos, pois dependiam inteiramente dos agentes históricos para serem aplicados à materialidade.

1.3– A REVOLUÇÃO QUE ABALOU TRÊS CONTINENTES

Em 1790, o primeiro levante armado para alcançar a independência da ilha de Saint-Domingue foi planejado por Vicent Ogé, homem mestiço pertencente a classe dos *gens de couleur libres*⁶ que, embora desfrutassem da condição de liberdade, enfrentavam diariamente a discriminação legal e social por não serem brancos. Considerado um homem rico e instruído, Ogé foi profundamente influenciado pelo ambiente político da França revolucionária, especialmente pelas discussões sobre cidadania, igualdade civil e direitos dos homens livres de cor. Após o seu retorno a colônia de São Domingos, direcionou seus anseios para fazer valer os direitos civis dos homens negros livres.

Entretanto, James (2010) constata que Ogé não defendia a abolição da escravidão, tendo em vista que mantinha mão de obra escravizada em suas terras, mas, mesmo assim, paradoxalmente acreditava no fim da hierarquia social, econômica e política baseada na raça. Por essa razão, antes do levante armado realmente acontecer, Ogé foi preso, torturado e assassinado em praça pública juntamente com outros negros livres que faziam parte do levante. Essa prática de violência publicizada tinha o propósito de propagar o terror e manter a ordem racial em São Domingos. Tal circunstância, segundo Morel (2017, p. 88), exemplifica a recusa e o uso da violência da elite branca em reconhecer a igualdade racial, mesmo entre os negros que não eram escravizados:

A situação dos chamados “homens de cor” (mulatos) livres era tensa. Reivindicaram os direitos de cidadania plena e esbarravam na intolerância social e racial. No verão de 1790 ocorreram linchamentos de mulatos em várias localidades. Vicent Ogé, um mulato livre, vai a Paris onde tenta articular ações em favor dos direitos de seus semelhantes e, sem obter resultados efetivos retorna São Domingos e começa a organizar um movimento armado. Ogé foi executado em 1791, em praça pública, na roda, suplício que consistia em amarrar o condenado numa espécie de cruz em forma de X, quebrar-lhe os membros com uma maça e em seguida, atar-lhe o corpo a uma roda, que se fazia girar.

⁶ A expressão *gens de couleur libres* (pessoas de cor livres) surgiu no contexto das colônias francesas, especialmente em Saint-Domingue, para designar pessoas de origem africana ou mestiça que não estavam submetidas à escravidão. Embora livres juridicamente, esses indivíduos sofriam restrições sociais e legais, sendo excluídos de direitos plenos por não serem brancos. A historiografia identifica esse grupo como uma classe intermediária no sistema colonial, com identidade política própria e papel ativo nos eventos que antecederam a Revolução Haitiana (Dubois, 2004; James, 2010).

Diante do agravamento das tensões entre os negros livres e os latifundiários brancos na ilha, intensificadas pela revogação progressiva de seus direitos pela metrópole, a Assembleia Constituinte da França, três anos após o início da Revolução Francesa, aprovou uma lei que restringia o acesso à cidadania francesa a apenas uma reduzida parcela dos negros livres. Todavia, ainda que a nova legislação não garantisse cidadania a todos os negros libertos, a elite branca, percebendo esta pequena abertura social, revoltaram-se contra a metrópole em retaliação, alegando que a lei não seria acatada (Gaffield, 2015).

Em contrapartida, a França, com receio da colônia declarar sua independência, acabou por revogar o decreto, enviando oficiais para a colônia na tentativa de apaziguar a situação. No entanto, a metrópole francesa e a população branca de Saint-Domingue não foram capazes de antecipar e perceber a profundidade do sentimento de revolta entre os escravizados. Na madrugada de 22 de agosto de 1791, enquanto as autoridades francesas atravessavam o Atlântico com uma nova lei que revogava os direitos anteriormente concedidos aos negros livres, centenas de escravizados rebelaram-se simultaneamente na ilha, dando início a uma insurreição de grande escala, incendiando plantações e executando os senhores de engenho em um movimento coordenado que marcou o início da Revolução Haitiana. Esse levante, como analisam James (2010) e Dubois (2004), não rompeu apenas com a ordem escravista colonial, mas inaugurou uma revolução de alcance transcontinental impactando profundamente as estruturas sociais e políticas da América, Europa e África.

Embora a insurreição de agosto de 1791 tenha marcado o início da revolução em São Domingos, a historiografia encontra dificuldades para compreender plenamente como esta rebelião em larga escala foi articulada. Dado que a maioria da população escravizada era iletrada e falava múltiplas línguas, o que dificultava a comunicação uns com os outros, e as fontes encontradas são tendenciosos, pois são relatos de pessoas que desprezavam completamente os escravizados, retratando-as sempre como seres inferiores e agressivos.

De acordo com Geggus (2014), por volta de 14 de agosto de 1791, cerca de 200 escravizados, muitos deles pertencentes a posições destacadas dentro do sistema colonial, como cocheiros e capatazes, reuniram-se na plantação Lenormand de Mézy, localizada ao norte de São Domingos para planejar a rebelião. Estes escravizados que ocupavam posições de confiança foram, posteriormente, os protagonistas no levante coletivo. Para sustentar tal afirmação, o autor se sustenta em um relato encontrado em um documento oficial, que menciona que esta reunião realizada com pessoas destacadas tratou da preparação de um levante dias antes dos incêndios e das execuções dos senhores de terra. Essa narrativa tornou-se, então, compatível com a confissão de um detido que denunciou a conspiração. Entretanto, como Rosa e Pongnon (2013) observam, as autoridades não levaram em consideração que a população escravizada da ilha poderia e/ou teria a capacidade de organizar uma rebelião de grande magnitude.

Às vésperas do primeiro levante, um evento fundamental para o início do processo revolucionário foi a Cerimônia de *Bois Caiman*, realizada em 21 de agosto de 1791, um dia antes do grande levante. Sendo considerada a reunião mais emblemática da história do Haiti, *Bois Caiman*, na realidade, era um ritual com aspirações religiosas e políticas que articulava elementos de resistência coletiva e coesão cultural entre a população escravizada. Por isso esse ritual exerceu muita influência na insurreição e, ainda continua impactando simbólica e culturalmente os haitianos na contemporaneidade. Tornou-se um símbolo de resistência anticolonial, contribuindo para a construção da identidade nacional haitiana, evocada até os dias atuais como sinônimo de luta e emancipação.

Geggus (2014) sugere que, embora a cerimônia tenha ocorrido e por existirem poucos registros acerca do que aconteceu durante a cerimônia, os detalhes podem ter sido mitificados. A historiografia evidencia que a cerimônia consistia em rituais de *Vodu*⁷, religião popular e sincrética que representa o

⁷ O termo Vodun originou-se na tradição religiosa teísta-animista, com raízes primárias entre os primeiros povos Fon-Ewe da África Ocidental. Encontra-se na ortografia beninense, no país atualmente chamado Benin, (antigo Reino do Daomé), assim como em outras ortografias foneticamente equivalentes do crioulo haitiano Vodou. A história e a tradição sobre o conceito "Vodu", principalmente entre as tribos pertencentes à família linguística dos Fon, no Daomé e no Togo, o Vodun significa um Deus, um espírito e sua imagem (Prosper e Gentini, 2013).

povo haitiano e que se caracteriza em crenças antigas das tribos do continente africano, trazidas para a região do Caribe em função do trabalho forçado nas Américas. Em sua essência, o Vodou possui uma estreita ligação com a natureza, pois acredita que o ser humano está intrinsecamente conectado a ela, e que a partir dessa perspectiva é possível compreender o mundo construindo culturalmente os seus sentidos (Prospere e Gentini, 2013; Geertz, 1989).

Ao analisar o contexto sociocultural do Haiti, o antropólogo e teólogo haitiano Laënnec Hurbon (1987) explica que o culto do Vodou, profundamente enraizado na cultura haitiana, tem como objetivo fundamental remeter a um universo em que os acontecimentos e o sentido das coisas encontrem explicação. E, por essa razão, tais elementos não podem ser compreendidos fora de seu universo simbólico. Sendo assim, sob uma perspectiva hermenêutica, os povos haitianos estão a todo momento em busca de recompor, na atualidade, a ruptura histórica causada pela diáspora com a África e seus antepassados. Nesta ótica, Morel, (2017, p.90) também comenta que:

O vodou foi um dos principais motores de motivação e coesão que impulsionou o protagonismo dos trabalhadores escravizados, constituindo-se para estes num dos raros espaços de autonomia, como assinalou a historiadora Carolyn Fick. É preciso descartar os estereótipos extravagantes fabricado em torno destas manifestações para compreendê-las como religião estruturada em bases de cultos de umbanda e candomblé no Brasil e com a *santería* cubana. O Vodou era, ao mesmo tempo, modo de expressão e canal de evasão psicológica que ajudava na resistência á vida dura dos trabalhadores e trabalhadoras escravos.

Ainda que o Vodou fosse estritamente proibido na colônia e considerado o ponto central da conspiração revolucionária, os escravizados viajavam por quilômetros para cantar, dançar, praticar seus ritos e, especialmente, conversar sobre os desdobramentos políticos da metrópole e traçar seus planos.

Outra figura de destaque no levante foi Boukman, sacerdote que desempenhou um papel de extrema importância nessa primeira fase da revolução, atuava como capataz de uma fazenda e executava a missão de acompanhar a situação política entre os brancos e os mestiços. Algumas fontes revelam que além de líder religioso, Boukman liderava alguns escravizados e salvou a vida de centenas que trabalhavam como capatazes nas fazendas,

visto que o objetivo principal era apenas a execução dos senhores donos de terra da ilha.

A historiografia aponta que Boukman foi morto em combate pelas tropas coloniais entre novembro e dezembro de 1791. Mais uma vez, a prática da violência ganhou visibilidade em praça pública, sua cabeça foi decepada e exposta em uma estaca na Praça do Cap-Français, como forma de intimidar os rebeldes e desmoralizar a liderança da insurreição. Portanto, pode-se afirmar que a cerimônia de *Bois Caiman* serviu como uma espécie de preparação para o que viria no dia posterior (Neves, 2023; James, 2010).

Em outubro de 1791, dois meses após o início da revolução nas plantações da planície do norte, região que foi rapidamente ocupada e controlada pelos escravizados insurgentes, Carvalho (2021) constata que muitos proprietários de terras abandonaram suas propriedades e fugiram. A Guarda Nacional procurou intervir diretamente contra os rebeldes na tentativa de freá-los. Todavia, ao se depararem com a força, organização e a evidente desvantagem diante do avanço dos negros escravizados, acabou por recuar e abandonar o confronto.

A resistência contra o levante foi conduzida principalmente pela liderança dos administradores locais da colônia. Em alguns casos foram auxiliados por escravizados considerados leais, contudo, esse aparato não foi suficiente para conter a rebelião que se espalhou rapidamente por toda a região norte de São Domingos.

As queimadas das plantações e os violentos assassinatos das famílias brancas latifundiárias da ilha de Saint-Domingue eram enxergadas pelos rebeldes como as principais ações a serem tomadas para se alcançar a liberdade naquele primeiro momento, quando conquistaram diversos territórios em um curto espaço de tempo, como afirma Carvalho (2021, p.26):

Para os revoltosos, naquele momento, a maior possibilidade de encontrar a liberdade residia em duas ações: o assassinato das famílias brancas que os escravizavam e a destruição de toda manifestação material de escravização, ou seja, queimaram ao máximo as plantações juntamente com tudo que estava próximo. Rapidamente, no final de setembro, foram queimadas mais de 200 plantações, todas em um raio de 80 Km ao redor de Le Cap. Nesse momento, os insurgentes já contavam com pelo menos 20 mil pessoas, podendo ser até 80 mil segundo estimativas menos conservadoras.

A composição dos rebeldes contou com uma ampla diversidade de grupos que faziam parte da estrutura social de São Domingos. Homens, mulheres, os *Creoulos* ou negros nascidos em distintas regiões do continente africano que desempenhavam funções diferenciadas no sistema colonial fizeram parte do movimento revolucionário. Dentre eles, destacavam-se aqueles que possuíam conhecimento no manejo de armas de fogo e uma vasta experiência em combate, como os negros traficados do reino do Kongo, que teriam atuado na linha de frente em guerras civis. Havia também os negros livres que aderiram a insurreição e que outrora serviram na milícia colonial francesa (Neves 2023; Morel, 2017).

E, certamente, por existir essa pluralidade de grupos envolvidos na revolução, as disputas que se seguiram não foram racialmente homogêneas, visto que, antes, existiam interesses conflitantes como demonstra Carvalho (2021, p.27):

Portanto, apesar do apoio de parte dos mulatos à rebelião, muitos deles combateram os insurgentes no norte, almejando garantir seus interesses em equiparar-se juridicamente aos brancos, mantendo intacta a escravidão. Não era por acaso que muitos escravizados e alguns libertos não confiavam nos mulatos. As resistências e revoltas dos escravizados eram sufocadas em grande medida pelos livres de cor antes mesmo de 1791. Os colonos brancos desprezavam os negros e mulatos prioritariamente por questões raciais, negando aos livres e libertos enriquecidos o acesso a uma série de direitos. Ou seja, apenas por não possuir sangue “puramente europeu” a pessoa possuía consideráveis restrições em seus direitos.

Ao lado leste de São Domingos, região que atualmente faz parte da República Dominicana, outra rebelião organizada aconteceu, liderada pelos negros livres. Desta vez, reivindicavam a ruptura do sistema de hierarquia racial e a independência da colônia. Este levante foi influenciado pela insurreição de Vicent Ogé, que lutou arduamente pela igualdade jurídica entre brancos e negros livres. Embora essa insurreição fosse distinta da grande revolta de escravizados no norte, as duas rebeliões foram bem-sucedidas e lideradas inteiramente pela população negra da ilha, o que contribuiu para o agravamento das tensões sociais e raciais da colônia. A grande pressão dos negros livres imposta a França resultou, em 1792, na promulgação da lei francesa que garantia seus direitos a cidadania, marcando um passo significativo rumo a transformação radical no sistema colonial (James, 2010; Fick, 1990).

Entretanto, com a captura e morte de Boukman, importante figura centralizadora durante a primeira fase da revolução, o levante do norte começou a apresentar pequenas rachaduras. Como observa Fick (1990), Boukman havia conseguido unir diferentes líderes rebeldes e diversos grupos que possuíam experiências distintas em uma frente relativamente coesa. Consequentemente, sua ausência gerou disputas internas, fragmentação das lideranças locais e dificuldades em manter as estratégias alinhadas. Contudo, mesmo diante de várias tentativas de enfraquecer a insurreição e o impacto causado pela perda de Boukman, o movimento revolucionário não foi sufocado. Ao contrário, lideranças mais estruturadas e politicamente experientes emergiram nos meses seguintes, contribuindo para um processo de transição de um levante de base religiosa e simbólica para uma revolução focada em seus aspectos políticos e militares de maneira organizada (Dubois, 2004).

Sob essa perspectiva, ao mesmo tempo em que o movimento dos escravizados do norte ganhava força, figuras como Jean-François, Georges Biassou, Jeannot Bullet e Toussaint L'Ouverture emergiram como grandes lideranças da revolução. Jean-François foi um líder militar de bastante influência, atuando como principal comandante do exército de escravizados na região norte após a morte de Boukman. François possuía experiência militar e foi responsável por organizar os rebeldes de forma hierárquica e disciplinar, tornando-se muito respeitado entre os insurgentes.

Segundo James (2010) e Fick, (1990), François negociou alianças com os espanhóis da colônia vizinha (atual República Dominicana) que se encontravam em guerra com a França revolucionária. Em troca de apoio militar, ofereceu sua lealdade a coroa espanhola, liderando tropas que chegaram a controlar uma vasta porção de território da planície do norte. O companheiro de François, Georges Biassou exerceu também um papel de liderança política e militar entre os insurgentes. Além de possuir prestígio entre os escravizados, Biassou aliou-se aos espanhóis, recebendo em troca recebeu armas e títulos militares.

De acordo com Dubois (2004) e Fick (1990), Biassou, diferentemente de seu companheiro, aderiu a uma postura mais conservadora e monarquista na revolução, enxergando na aliança com a Espanha uma maneira de legitimar a

rebelião. Entre a violência e a contradição, a figura considerada como a mais controversa da revolução foi Jeannot Bullet, que atuava na região norte de São Domingos. Reconhecido por sua fama brutal, Jeannot foi responsável por práticas violentas contra os brancos capturados e até mesmo contra negros que fossem julgados como traidores. Apesar de ser menos politizado do que François e Biassou, possuía uma voz ativa dentro do movimento revolucionário, comandando grupos importantes de rebeldes (James, 2010).

Ao nos depararmos com a historiografia acerca da Revolução do Haiti e suas personagens mais emblemáticas, é praticamente impossível não destacar a figura de Toussaint L'Ouverture como um prestigiado líder que conduziu a colônia de São Domingos no caminho para a independência. Filho de um casal de africanos, L'Ouverture nasceu em Saint-Domingue na condição de escravizado. Seu pai, apesar de ser africano, trabalhava como capataz, ocupando este cargo de confiança que eventualmente eram ocupados por *Creoulos* ou mestiços (Carvalho, 2021).

Toussaint L'Ouverture, nasceu escravizado e foi libertado durante sua juventude. Por ter passado grande parte da sua vida como homem liberto, era um ex-escravizado que possuía um tratamento relativamente diferenciado em relação aos demais escravizados. Segundo James (2010), suas habilidades e inteligência eram notáveis. Estudou e integrou o exército espanhol e francês por um período, e, por ser considerado um homem culto, o acesso à leitura e a escrita lhe permitiu o envolvimento com os debates em torno dos ideais propagados pela Revolução Francesa, o que contribuiu significativamente para a formação de sua liderança política e militar, como evidência James (2010, p. 97-98):

Uma coisa importante para o seu futuro foi a retidão de caráter. Desde a infância, provavelmente, nunca havia sido chicoteado como ocorria a muitos escravos. Ele próprio nos conta que ele e sua esposa estavam entre poucos afortunados que tinham adquirido modestos recursos materiais e iam de mãos dadas e muitos felizes trabalhar no pequeno pedaço de terra que alguns escravizados cultivavam para si. Ao lado desse conhecimento e dessa experiência através da força natural de caráter, adquiriu um formidável domínio sobre si mesmo. [...] Sua relativa cultura, o sucesso na vida, o caráter e a personalidade deram-lhe um enorme prestígio entre todos os negros que conheciam, e já era um homem de certa importância entre os escravos muito antes da revolução.

Após intensas batalhas contra as tropas francesas, britânicas e espanholas, os revolucionários liderados por Toussaint L'Ouverture conseguiram importantes vitórias que consolidaram o controle da revolução sobre São Domingos. Em um primeiro momento, Toussaint aliou-se aos espanhóis, no entanto, rompeu com a monarquia após a abolição da escravidão decretada pela Convenção Nacional Francesa em 1794, passando a apoiar a luta pela independência para tornar Saint-Domingue uma república. Como explica Dubois: “Toussaint percebeu que a causa da liberdade era mais segura sob a nova república do que sob a monarquia espanhola” (Dubois, 2004, p. 161). Portanto, essa mudança de posição foi estratégica e decisiva, pois a força militar sob seu comando passou a combater os ingleses, que haviam invadido a colônia tentando restaurar o sistema escravista e os próprios espanhóis, até então aliados.

Em 1798, Toussaint e seus soldados possuíam quase que totalmente o controle da colônia. Para reorganizar São Domingos em meio a um cenário de completa devastação no sentido econômico e social, Toussaint implementou uma política de reconstrução que visava restaurar a produção agrícola – especialmente de açúcar e café –, visto que as plantações se encontravam destruídas e a estrutura produtiva colonial havia sido dissolvida.

Como explica Fick (1990), com o retorno dos ex-escravizados às *plantations*, agora sob um regime de trabalho compulsório com a promessa de remuneração e partilha dos lucros, esta política de reconstrução entrou em vigor. Todavia, tal medida foi recebida com certa resistência pelos setores populares, pois, apesar de a escravidão ter sido formalmente abolida, os trabalhadores continuavam sujeitos a perseguição e vigilância nos campos.

Paralelamente às políticas de reorganização econômica, Toussaint promoveu reformas de caráter administrativo e social, além de reestruturar as cidades, nomeando oficiais militares como administradores regionais e promovendo o funcionamento de escolas, liberdade de culto ao Vodou e comércio externo. Suas iniciativas internas de estabilidade e produtividade resultaram em um significativo crescimento econômico e político, que foi reconhecido por outros países da América e da Europa como Estados Unidos

e Inglaterra que, mais tarde, passaram a negociar acordos comerciais com a colônia de São Domingos (James, 2010).

A consolidação do poder de Toussaint L'Ouverture deu-se de fato em 1801 com a promulgação da nova constituição da colônia, que o reconhecia como governador vitalício de Saint-Domingue, rompia com o princípio republicano da França e reafirmava a abolição irreversível da escravidão, desafiando diretamente a autoridade de Napoleão Bonaparte que demonstrava resistência em aceitar a autonomia da colônia.

Fick (1990) e Dubois (2004) apontam que o texto foi promulgado de forma unilateral, reforçando sua aliança e fidelidade ao reino francês, no entanto, São Domingos acabou por estabelecer um regime autônomo de governo. Para Bonaparte, a constituição representava uma evidente ameaça à soberania imperial. Pode-se afirmar que sua relação com a figura de Toussaint não era amigável, ele enxergava o líder haitiano como um símbolo de desobediência para as demais colônias francesas, especialmente neste contexto em que o império tentava restaurar sua hegemonia nas Antilhas.

Com a intenção de deter a consolidação do poder de Toussaint e o avanço da revolução em São Domingos, Napoleão organizou uma expedição militar com mais de 20 mil soldados sob a liderança de seu cunhado, o General Charles Leclerc, com o objetivo de reintroduzir o sistema escravista nas colônias que haviam declarado a abolição, restaurar a autoridade francesa e capturar ou neutralizar Toussaint L'Ouverture. Inicialmente, L'Ouverture negociou com a metrópole, mas logo optou por se manter em posição de resistência. Em junho de 1802, foi capturado durante um falso encontro de paz, preso e levado para a prisão de Fort de Joux, na França, onde faleceu no ano seguinte (Dubois, 2004; Fick, 1990; Girard, 2016).

A tentativa da metrópole francesa de reestabelecer o regime escravista em Saint-Domingue fracassou desastrosamente devido a resistência organizada por parte dos revolucionários, e somada a diversas condições adversas enfrentadas pelo exército bonapartista. A princípio, Charles Leclerc tentou cooptar antigos generais negros, garantindo a manutenção da liberdade da colônia. Líderes como Jean-Jacques Dessalines, Christophe e Maurepas acabaram por se alinhar aos franceses temporariamente.

No entanto, com a captura e morte de Toussaint L'Ouverture, tornou-se evidente para os revolucionários que Leclerc e suas tropas pretendiam reinstaurar a escravidão, como já haviam feito nas ilhas de Guadalupe e Martinica. Diante deste cenário, os generais negros romperam com os franceses e retomaram a luta armada com um caráter totalmente anticolonial. Como observa Fick (1990), foi esse momento que consolidou a aliança entre ex-escravizados e negros livres na luta pela independência.

Outro fator que contribuiu significativamente para o fracasso da campanha francesa em Saint-Domingue, foi a altíssima mortalidade entre as tropas francesas, em especial pela febre amarela e malária, responsável também pela morte de Leclerc em novembro de 1802. Estima-se que mais de dois terços dos soldados franceses morreram devido a doenças e as condições climáticas da região. James (2010) descreve que, apesar da superioridade inicial dos franceses em questões de poder armamentista, a geografia montanhosa e a guerra de guerrilhas dos ex-escravizados enfraqueceram rapidamente as estruturas do exército imperial. E, após a morte de Charles Leclerc, seu sucessor, o general Rochambeau intensificou a brutalidade contra a população de São Domingos, fazendo com que o sentimento de revolta contra os franceses se exacerbasse.

Simultaneamente, a França de Napoleão Bonaparte enfrentava dificuldades crescentes na Europa. Em 1803, a trégua estabelecida com a Inglaterra pelo Tratado de Amiens (1802) foi rompida, e os dois impérios voltaram a guerrear entre si. A condição política da França exigia atenção e recursos do governo francês, que se viu condicionado a redirecionar seus esforços militares para o continente europeu. Diante de tais obstáculos, Napoleão deixou de interferir diretamente nas relações políticas da colônia, abandonando gradativamente o projeto de manutenção de um império colonial nas Américas, abrindo caminho para as forças revolucionárias. A resistência organizada por Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e demais líderes culminou na derrota final das tropas francesas em 18 de novembro de 1803 na Batalha de Vértières, evento que marcou os passos finais rumo a independência (Fick, 1990; Carvalho, 2021; Morel, 2017).

Em janeiro de 1804, após a saída das tropas francesas de São Domingos, Dessalines proclamou a independência da República do Haiti, consolidando a primeira revolução bem-sucedida de escravizados da história contemporânea. Conforme observam Fick (1990) e Dubois (2004), a derrota francesa não sucedeu apenas por fatores externos, mas sobretudo à ação consciente, articulada e determinada do povo haitiano na luta por sua liberdade e emancipação enquanto nação.

Vale ressaltar que o nacionalismo exaltado nesse processo de independência foi particularmente construído em torno de um significado racial. Como propõe Rosa e Pongnon (2013, p 467):

O processo de construção do Estado-nação é fruto da luta armada, que se opunha contra as piores condições de trabalho forçado e racializado mediante a falência total da colônia, ocasionando os escravos recorrer a esta forma extrema. A luta pela gestão do poder econômico e político vai se manifestar nas guerras fratricidas que sucederam ao período pós-colonial.

Dessa forma, a Revolução do Haiti obteve ampla repercussão por toda a América, especialmente nas sociedades escravistas, onde propagou-se o temor de novos levantes de escravizados, construindo e incorporando o conceito do Haitianismo sob estas nações. No caso do Brasil, os impactos da Revolução Haitiana serão analisados de forma mais aprofundada no próximo capítulo deste estudo.

Nessa perspectiva, a historiografia evidencia que a resistência ao sistema escravista nas Américas foi uma constante histórica que assumiu múltiplas formas, indo muito além das grandes revoltas organizadas. Diouf (2003) constata que em diversas colônias da América há registros de rebeliões e revoltas organizadas por escravizados, como as fugas em massa e a formação de comunidades quilombolas e palenques que representaram estratégias fundamentais de resistência, como no caso do Quilombo dos Palmares no Brasil ou dos quilombos no Suriname. Reis & Gomes (1996) por sua vez aponta rebeliões como a dos Malês (1835), em Salvador, que demonstram o grau de articulação religiosa, étnica e política que determinados grupos escravizados conseguiram estabelecer, contrariando a visão ultrapassada de passividade.

No contexto haitiano, o processo revolucionário para a independência foi, provavelmente, o fator de maior diferenciação daquela ilha, sendo a maior derrota e a perda mais humilhante para a França Bonapartista, que conseguiu por um longo período dominar vastos territórios na Europa, mas não foi capaz de controlar sua colônia mais próspera. Entretanto, a conquista da independência, após séculos de opressão e exploração dos recursos naturais e o trabalho forçado por parte da França não foi acompanhada de projetos políticos e sociais que elevassem o patamar desta nova nação com o objetivo de reparar historicamente as marcas do colonialismo, o que nos leva a refletir sobre apagamento e/ou silenciamento do impacto e relevância que esta revolução possui até os dias atuais.

CAPÍTULO II – HAITIANISMO E AS ELITES BRASILEIRAS: AS REPERCUSSÕES DA REVOLUÇÃO DO HAITI CHEGAM AO BRASIL

O segundo capítulo analisa o fenômeno do Haitianismo no Brasil e sua circulação no imaginário político, social e racial, com destaque para o papel desempenhado pela imprensa na construção dessas representações. Partindo das tensões e inquietações que marcaram a formação do Estado imperial brasileiro, o capítulo examina como o Haiti, frequentemente associado ao perigo, à violência e à insubordinação racial foi mobilizado como exemplo negativo nos debates públicos, discursos políticos e, sobretudo, nas páginas dos jornais. Busca-se compreender de que maneira tais narrativas funcionaram como instrumento de controle social, reforçando o medo das elites diante de possíveis levantes internos e legitimando práticas repressivas voltadas à manutenção da ordem escravista.

2.1 – OS ECOS DA INSURREIÇÃO DE SÃO DOMINGOS NOS MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA

Representando um dos marcos mais radicais da história atlântica moderna, a Revolução Haitiana reverberou intensamente sob os demais territórios coloniais do continente americano, visto que combinou a luta anticolonial com a abolição do modo de produção escravista e com a criação do primeiro estado negro independente da América Latina. Com enfoque nas colônias espanholas, as interpretações deste processo são variáveis. No entanto, devido a uma visão historiográfica eurocêntrica, é possível constatar uma significativa dificuldade em reconhecer que os efeitos da revolução ultrapassaram os limites da ilha de Saint-Domingue, influenciando movimentos de independência, alimentando o temor das elites escravocratas e inspirando rebeliões populares.

Como propõe Ferrer (2012), no campo historiográfico, desde o início da insurreição em 1791, prevalecem duas abordagens contraditórias sobre a Revolução do Haiti. A primeira tende a negligenciar ou até mesmo subestimar a revolução e seus profundos impactos, que são reflexos das primeiras reações aos acontecimentos em São Domingos e as interpretações posteriores que

surgiram ali. Ao serem confrontados com uma revolução liderada inteiramente por homens e mulheres escravizados, autores contemporâneos foram incapazes de visualizar a possibilidade de que uma revolução negra bem-sucedida pudesse atrair as luzes da historiografia:

Eles observaram e apreenderam os fatos através de categorias pré-concebidas, explicaram os eventos e deram uma interpretação, negando a possibilidade de que os escravizados pudessem fazer uma revolução. Suas explicações incriminaram os agitadores externos, os efeitos perniciosos da ideologia da Revolução Francesa, os erros de cálculo dos proprietários de escravos, mas quase nunca a vontade, a capacidade ou a consciência dos próprios escravos (Ferrer, 2003, p. 38).

Segundo Michel-Rolph Trouillot, a dificuldade inicial em compreender a Revolução Haitiana através de categorias adequadas comprometeu a construção de uma narrativa histórica própria, refletindo as limitações destes autores contemporâneos acerca desta revolução, invisibilizando sua presença dentro do campo historiográfico. Mesmo obras consagradas como as de Eric Hobsbawm e Jacques Godechot, além dos principais dicionários históricos sobre a revolução Francesa, restringem-se a breves menções a insurreição dos escravizados em Saint-Domingue.

A segunda abordagem proposta por Ferrer (2012), apresenta-se de maneira quase que oposta a primeira, isto porque se incompreensão e o silêncio marcaram as primeiras reações à Revolução de São Domingos ao longo do século XIX, a referência ao ocorrido no Haiti tornou-se recorrente em praticamente todas as sociedades escravistas das Américas. Os escritos e comentários sobre a revolução dos escravizados haitianos proliferaram, e mesmo aqueles que não detinham conhecimento pleno acerca da insurreição manifestavam suas opiniões. Na época, as notícias circularam entre a classe senhorial e a população escravizada, enquanto as autoridades coloniais buscavam maneiras para conter os escravizados, considerados “contaminados” pelo espectro do Haitianismo⁸, com o objetivo de reprimir a difusão de ideias consideradas subversivas. Mesmo após décadas após a insurreição de 1791, o

⁸ O termo *Haitianismo* foi inicialmente utilizado pelo historiador João José Reis em seu estudo sobre o levante dos Malês (1835), para designar o temor das elites escravistas brasileiras diante da possibilidade de uma revolução de negros inspirada pelo Haiti. A partir dos anos 1990, o conceito foi ampliado por Flávio dos Santos Gomes e Carlos Eugênio Libano Soares, que o definiram como fenômeno transatlântico de circulação de ideias, medos e esperanças políticas.

Haiti ainda era mencionado em tom evocativo para referir-se aos rumores de revoltas de escravizados que pudessem ameaçar as estruturas do sistema escravista.

Nesta ótica, a Revolução do Haiti envolveu um processo amplo e complexo de mobilização social e política em uma conexão transatlântica que abalou radicalmente os pilares da ordem colonial vigente nas Américas, especificamente nas colônias da América Espanhola. Venezuela e Nova Granada, assim como os demais territórios caribenhos, sofreram com os impactos gerados pela onda revolucionária haitiana. Peria (2016) constata que as autoridades e elites hispano-americanas impuseram um “cordão sanitário” em seus territórios devido a situação de pânico em que se encontravam para impedir que outras revoluções eclodissem. No entanto, tal medida acabou mostrando-se ineficaz, pois a participação da Venezuela na Guerra Franco-Espanhola⁹ em Saint Domingue (1793-1795) e a subsequente aliança entre as duas nações geraram uma intensa circulação de pessoas. Ao mesmo tempo, as notícias acerca da insurreição espalhavam-se pelas colônias espanholas, exercendo influência entre os setores populares.

Na Venezuela, sob a perspectiva ideológica haitiana, alguns movimentos de contestação da ordem colonial tiveram destaque, como a Rebelião de Coro (1795), a Conspiração de Guárico (1797) e a Conspiração de Maracaibo (1799). Liderada por Leonardo Chirino, a Rebelião de Coro representou a primeira insurreição inspirada nos ideais da Revolução do Haiti, onde a luta pela abolição da escravidão e o fim da hierarquização racial foram as reivindicações principais. A posteriori, a Conspiração de Guárico, liderada por Manuel Gual e José María España, articulou um projeto republicano com um viés antiescravista que combinava o ideário francês com o exemplo haitiano. No entanto, o movimento foi reprimido antes mesmo de se concretizar.

Já a Conspiração de Maracaibo, influenciada por intelectuais liberais e pelos panfletos revolucionários vindos de São Domingos, foi organizada em uma

⁹ A Guerra Franco-Espanhola (1635–1659) foi um conflito entre França e Espanha, inserido no contexto da Guerra dos Trinta Anos. O confronto resultou na derrota espanhola e no Tratado dos Pireneus (1659), que marcou o declínio da hegemonia dos Habsburgo e a ascensão da França como principal potência europeia (Lynch, 1992).

aliança formada por piratas negros e mulatos de São Domingos e escravizados venezuelanos, refletindo o temor das elites coloniais de uma possível “haitianização” do Caribe. Juntos, esses três movimentos evidenciaram o modo como o Haiti funcionou como modelo de emancipação para as sociedades coloniais hispano-americanas, antecipando os debates sobre liberdade, igualdade e soberania que, conseqüentemente, marcariam os processos de independência do século XIX (Guerra, 2012; Martínez, 1970; Péria, 2016; Toro, 1980).

Concomitante às rebeliões que traçaram os primeiros caminhos para a independência da Venezuela, a Expedição de Francisco de Miranda¹⁰ de 1806 é considerada pela historiografia como o primeiro grande movimento organizado para alcançar a emancipação da América Espanhola. As análises de (Galeano, 1971; Mignolo, 2010; Quijano, 1992) apontam que apesar de seu fracasso militar, a iniciativa de Miranda possui uma grande relevância histórica, pois antecipou a luta anticolonial que se intensificou nas décadas seguintes. A expedição partiu de Nova York em fevereiro de 1806, com cerca de 200 homens, incluindo voluntários europeus e estadunidenses que desembarcaram em La Vela de Coro, na costa venezuelana em agosto do mesmo ano. Francisco de Miranda almejava iniciar um movimento de libertação das amarras coloniais para estabelecer um governo provisório e mobilizar apoio popular contra a coroa espanhola. Neste sentido, Peria (2016, p.3) comenta:

Para 1805, Francisco de Miranda estaba cansado de esperar el auxilio británico; por ello, se dirigió a Estados Unidos para organizar una expedición que tenía por objetivo liberar Venezuela. A esa altura de su vida Miranda había moderado sus ideas políticas y promovía una revolución ordenada que emulase a la de Estados Unidos y evitase la radicalidad de la francesa y la haitiana. En particular, ésta última le generaba el mismo pavor que a las autoridades y la elite de Venezuela, y consideraba que era menester impedir que algo similar ocurriese en las colonias hispanoamericanas. Incluso, este temor fue uno de los factores que más lo llevaron a insistirle, sin ningún éxito, al Primer Ministro británico para que se comprometiera urgentemente con sus planes de independencia.¹¹

¹⁰ Francisco de Miranda (1750–1816), militar e revolucionário venezuelano, organizou sua expedição em um contexto marcado pela dominação colonial espanhola e pelos ideais de liberdade provenientes da Revolução Francesa e da independência dos Estados Unidos (Galeano, 1971).

¹¹ “Em 1805, Francisco de Miranda estava cansado de esperar pela ajuda britânica; portanto, dirigiu-se aos Estados Unidos para organizar uma expedição com o objetivo de libertar a Venezuela. Nesse ponto de sua vida, Miranda havia moderado suas ideias políticas e promovido

No entanto, Peria (2016) expõe que a chegada de Miranda a Venezuela apresentou dificuldades imediatas. Embora tenha obtido sucesso nos combates iniciais, a falta de apoio das massas populares e a rápida reação das tropas espanholas em conter o avanço do que poderia vir a se tornar uma rebelião, impediram a consolidação de um movimento revolucionário. Galeano (1971) e Mignolo (2010) destacam ainda que Miranda foi obrigado a recuar para a cidade Curaçao e, posteriormente, para os Estados Unidos, e que este episódio evidencia não apenas a resistência colonial, mas aponta principalmente as limitações de uma luta pela independência condicionada ao apoio externo para ser concretizada.

Apesar deste caráter emancipatório, a Expedição de Miranda não buscava romper completamente com o sistema colonialista como a Revolução Haitiana, visto que a abolição da escravidão não era considerada o foco central do projeto proposto por Miranda. Autores como Quijano (1992) e Mignolo (2010) evidenciam que a verdadeira independência não restringiria apenas à ruptura política com a metrópole, mas implicaria superar as estruturas coloniais de dominação e poder. Apontam ainda como as tentativas de se alcançar a independência, como a proposta por Miranda, muitas vezes falharam por não desvincular-se completamente das instituições colonialistas e imperialistas subjacentes, que continuaram a explorar os territórios da América Latina mesmo após as declarações formais de suas independências.

Os demais territórios latino-americanos sob domínio espanhol atravessavam intensas crises políticas e sociais, resultantes da crescente tensão entre os colonos e a metrópole, do fortalecimento das demandas por soberania e da continuidade das estruturas escravistas que sustentavam o sistema produtivo colonial. Nova Granada, que abrangia os territórios das atuais Colômbia, Panamá, Equador e parte da Venezuela, era considerada uma das regiões mais dinâmicas e desiguais do império espanhol. Com as Reformas

uma revolução ordeira que emulava a dos Estados Unidos e evitava o radicalismo das revoluções francesa e haitiana. Em particular, esta última gerava nele o mesmo medo de que nas autoridades e na elite venezuelanas, e ele acreditava ser necessário impedir que algo semelhante acontecesse nas colônias hispano-americanas. Esse medo foi inclusive um dos fatores que o levaram a insistir, sem sucesso, que o primeiro-ministro britânico se comprometesse urgentemente com seus planos de independência`` (Peria, 2016, p.3, tradução nossa).

Bourbônicas¹² do século XVIII, os impostos aumentaram significativamente, contribuindo para a centralização do poder em Madri, o que provocou muita insatisfação entre as elites crioulas e as populações mestiças e indígenas. Movimentos como de Comunero em 1781, liderados por camponeses e artesãos, já demonstravam que as tensões sociais da colônia e a resistência popular à exploração econômica vinham obtendo espaço na política interna de Nova Granada (Damas, 2003 e Borda, 1987).

Enquanto o espectro haitiano funcionava como modelo inspirador para alguns e simultaneamente como ameaça para outros, em Nova Granada, onde a população de escravizados nas regiões costeiras e nos centros urbanos eram densas, as autoridades reforçavam a repressão a qualquer movimento considerado subversivo, temendo que os ecos da revolução se espalhassem. Paralelamente, os setores populares, compostos por escravizados, mestiços dentre outros, encontravam na recém-formada nação haitiana um exemplo de emancipação possível, e circulavam rumores e relatos sobre a vitória na ilha, contribuindo para a construção de um imaginário de liberdade, que embora reprimido, pudesse influenciar o pensamento político local. Este período inicial evidencia a dualidade do Haitianismo, como fonte de temor para as elites e de esperança para os oprimidos (Peria, 2016).

Diante desta conjuntura, Peria (2016) evidencia que entre 1812 e 1813, tanto na Venezuela quanto em Nova Granada, as dificuldades dos movimentos de independência continuavam a assolar ambos os territórios, e a única saída em vista foi a de estreitar os laços com o Haiti. A Primeira República Venezuelana, liderada por Crioulos, foi fatalmente derrotada após uma série de revoltas de escravizados e mestiços, interpretadas pelas elites locais como “ecos do Haiti”. Paralelamente, em Nova Granada, as disputas internas entre federalistas e centralistas, junto aos avanços das tropas coloniais, também levaram à situação de instabilidade. Neste contexto de derrota, foi percebido que a independência não poderia ser alcançada apenas com o apoio interno ou europeu. A região do Caribe, especialmente o Haiti, emergia como único território

¹² As Reformas Bourbônicas consistiram em um conjunto de medidas administrativas, fiscais e políticas implementadas pela monarquia espanhola entre os séculos XVIII e XIX, com o objetivo de fortalecer o poder central e aumentar o controle sobre as colônias. Segundo John Lynch, tratou-se de uma tentativa de revitalizar o império em declínio, embora tais reformas tenham intensificado as tensões entre a metrópole e as elites coloniais (Lynch, 1983).

independente que rejeitava completamente o colonialismo europeu, capaz de oferecer apoio político e militar:

A partir de 1812-1813 debido a las dificultades de la guerra de independencia una fracción de la elite criolla comenzó a estrechar vínculos con la República del Sur de Haití a través de contactos diplomáticos y corsarios. Estas primeras relaciones, más bien tímidas, fueron la condición de posibilidad de un cambio importante que sobrevino en 1816. En dicho año, debido a la reconquista de la expedición realista, la mayoría de los líderes independentistas huyeron de Tierra Firme y tuvieron que exiliarse en Haití, uno de los pocos lugares donde encontraron refugio y apoyo (Péria, 2016, p. 9¹³).

Considerando tal panorama político, esta aproximação consolidou-se de fato em 1816, com a reconquista espanhola comandada por Pablo Morillo, que restaurou o domínio sob os territórios venezuelanos e neogranadinos, forçando grande parte das lideranças patriotas a buscarem refúgio no Haiti. O pacto entre Alexandre Petión, presidente do Haiti, e a emblemática figura de Simón Bolívar, para quem Petión forneceu armas, navios e homens para a causa independentista em troca da emancipação dos escravizados nos territórios sob controle do exército revolucionário, mostrou-se bastante eficaz. O acordo foi decisivo para a contraofensiva que permitiu consolidar a independência, introduzindo uma dimensão social e racial nas guerras de libertação da Venezuela.

No caso de Nova Granada, o exílio no Haiti possibilitou o contato direto entre os líderes neogranadinos com a experiência de um estado negro independente, inserindo uma perspectiva transatlântica nas estratégias de libertação. Expedições posteriores, apoiadas pelo governo de Jean Pierre Boyer, sucessor de Petión, e por Gregor MacGregor¹⁴, possibilitaram que outros

¹³ “A partir de 1812-1813, debido às dificuldades da guerra de independência, uma fração da elite crioula começou a estreitar laços com a República do Haiti Meridional por meio de contatos diplomáticos e corsários. Essas relações iniciais, um tanto tímidas, abriram caminho para uma grande mudança que ocorreu em 1816. Naquele ano, devido à reconquista pela expedição monarquista, a maioria dos líderes independentistas fugiu de Tierra Firme e foi forçada a se exilar no Haiti, um dos poucos lugares onde encontraram refúgio e apoio” (Peria, 2016, p.9, tradução nossa).

¹⁴ Gregor MacGregor (1786–1845) foi um militar escocês que atuou nas guerras de independência hispano-americanas, participando de campanhas na Venezuela, Nova Granada e no Caribe, incluindo expedições apoiadas pelo Haiti. Figura controversa, tornou-se posteriormente conhecido pelo golpe do fictício Estado de “Poyais”, considerado uma das maiores fraudes financeiras do século XIX (Sinclair, 2003).

movimentos de libertação como no Panamá se consolidassem, reforçando a importância no apoio haitiano em seu processo de independência (Peria, 2016).

Aproximando-se um pouco da região caribenha, podemos constatar que os impactos da Revolução Haitiana em Cuba assumiram características particulares em comparação aos demais países latino-americanos. Ferrer (2012) analisa como a proximidade da ilha cubana com o Haiti (apenas oitenta quilômetros) e a chegada de milhares de refugiados franceses e escravizados fizeram com que a insurreição haitiana fosse percebida como uma ameaça imediata. Contudo, paradoxalmente, a situação emergente na antiga ilha de Saint-Domingue abriu espaço para o fortalecimento da economia açucareira de Cuba, que tornou-se a principal sociedade escravista do Caribe, assumindo o lugar econômico e comercial que antes pertencia ao Haiti que, neste contexto, experienciava a liberdade negra trazida pela revolução.

Sendo assim, os reflexos da Revolução do Haiti em Cuba não podem ser reduzidos ao medo de uma possível “haitianização”. A evidente ameaça serviu de justificativa para a potencialização do trabalho pela mão de obra escravizada e para vigilância estatal por parte do estado colonial espanhol, que reforçou o controle sobre os escravizados e os negros livres, implementando políticas de recenseamento racial e o incentivo à imigração de brancos para manter a “segurança racial” e o equilíbrio demográfico. Documentos da Real Sociedad Patriótica de La Habana (1794) e do Cabildo de Havana (1815) evidenciam a preocupação das autoridades espanholas com a superioridade numérica da população negra e com a necessidade de embranquecer a colônia (Ferrer, 2012).

Ao mesmo tempo, os impactos da revolução ultrapassaram as elites locais e alcançaram a população escravizada de Cuba. As notícias e rumores sobre o Haiti circulavam entre as senzalas, estimulando os discursos de insubordinação, anseios pela conquista da liberdade e conspirações. Destacando o caso da Conspiração de Guines (1806), na qual os escravizados planejavam libertar-se e “viver livres como em Guarico”, nome espanhol da ilha de Saint-Domingue. Para os grandes latifundiários e demais membros das elites, isso comprovava o perigo da “contaminação haitiana”. Para os escravizados cubanos, o Haiti era

visto como símbolo de esperança e libertação. Sob este ponto de vista, Ferrer (2012, p.48) comenta:

Foi assim na suposta conspiração de escravos em Guines, na província de Havana, em 1806. Três escravos revelaram a existência de um complô para colocá-los contra seus proprietários e andar pela cidade vizinha de Guanabacoa matando homens, mulheres e crianças brancos pelo caminho, apossar-se da cidade e estabelecer uma “liberdade absoluta como em Guarico”⁴³. Quando a notícia de uma possível trama se espalhou, foi imediatamente associada ao Haiti. O testemunho dos escravos, envolvi dos ou não, refere-se constantemente à liberdade e à Revolução Haitiana. A correspondência das autoridades enfatizou a influência dos escravos haitianos e afirmou, de forma inequívoca, que se a conspiração tivesse se materializado, desferiria um golpe fatal. No decurso do inquérito, elas mantiveram a discrição, para evitar que a notícia chegasse aos ouvidos das pessoas de cor “ou mesmo dos brancos”, e tentaram dar a impressão de que o incidente foi “de menor importância” (p.49). Um ano e meio depois da descoberta da conspiração, as autoridades concluíram: “Os preparativos evidenciam o espírito arrojado e as atrocidades que resultariam dessa tentativa, se não fosse descoberta a tempo [...]. Ao que parece, era um plano muito bem montado [...]. As cenas sangrentas foram evitadas.

Em suma, a leitura de Ferrer nos permite compreender como o “medo do Haiti” se articulou a um projeto de poder racial comum em diversas sociedades escravistas. E, mais do que uma reação emocional, o medo funcionava como um mecanismo discursivo, um modo de organizar a percepção colonial, justificar o domínio branco e reprimir as possibilidades de emancipação. As contradições entre o medo e imitação, terror e desejo, colocam o Haiti como o centro irradiador de uma nova dinâmica política da modernidade atlântica: uma dinâmica que expôs com brutal clareza, o vínculo entre escravidão, liberdade e revolução.

Para além dos territórios da América Espanhola, a América Portuguesa, neste caso o Brasil, encontrava-se igualmente envolvido em seu processo de emancipação política. Neste sentido, a historiografia recente tem ressaltado que as análises que envolvem a independência do Brasil devem ser compreendidas a partir de um contexto atlântico mais amplo, marcado pelas revoluções políticas e sociais que transformaram a América Latina entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Nesse panorama, a Revolução do Haiti exerceu um papel simbólico e político fundamental, tanto como exemplo de inspiração entre os escravizados quanto ameaça para as elites coloniais.

Em uma perspectiva comparada a Cuba, Carvalho (2021) analisa que o Brasil, durante boa parte do século XIX, trilhou um caminho semelhante ao da

colônia caribenha, mas logicamente com suas particularidades. Os eventos ocorridos ao final do século XVIII, destacando internamente a Revolta dos Alfaiates de 1798¹⁵ auxiliaram na construção de uma aliança entre as classes senhoriais brasileiras e a coroa portuguesa para deter os movimentos de contestação da ordem colonial. A mudança da corte portuguesa para a colônia em 1808, devido a fuga do exército napoleônico, assegurou uma certa estabilidade para os colonos no Brasil, garantindo maior proteção para os escravistas contra as possíveis revoltas de negros escravizados e libertos, consideradas uma das principais preocupações, como afirma (Carvalho, 2021, p.50):

[...] a preocupação das autoridades portuguesas na última década do XVIII residia em primeiro lugar nos questionamentos à ordem colonial, enquanto o receio de uma revolta de escravizados em larga escala não era comumente acionado. Para eles, a revolta dos escravizados em São Domingos, ainda em curso e sem perspectiva separatista, era apenas uma parte da Revolução Francesa, por isso, o combate deveria ser contra os ideais da nação europeia que propagavam os anseios “destrutivos” de liberdade.

Carvalho afirma ainda que estes mesmos ideais revolucionários importados da França serviram como inspiração para Conjuração Baiana de 1798 ou Revolta dos Alfaiates, como é conhecida. No entanto, apesar do movimento ter englobado diferentes classes sociais, desde membros das elites até os escravizados e incorporar os ideais franceses, seria apropriado destacar a Revolução Haitiana também como uma precursora da Conjuração Baiana, visto que esta foi um dos movimentos separatistas do Brasil colônia que buscavam romper com o sistema escravista.

Não obstante, o medo da “haitianização” da América Portuguesa também influenciou algumas decisões econômicas. Autores como Costa (2010); Carvalho (2014); Prado Júnior (2004) interpretam a chegada da corte portuguesa ao Brasil como um ponto de virada para a economia. Pois, com o Rio de Janeiro como sede do império luso-brasileiro, algumas reformas de caráter modernizante

¹⁵ A Revolta dos Alfaiates, ou Conjuração Baiana (1798), foi um movimento de caráter popular ocorrido em Salvador, organizado majoritariamente por artesãos, soldados e pessoas negras libertas e escravizadas. Diferentemente de outros levantes da época, defendeu abertamente a igualdade racial, o fim da escravidão, a república e a independência da Bahia, influenciada pelos ideais iluministas e pela Revolução Haitiana (Reis, 2021).

ganharam enfoque, como a abertura dos portos as nações amigas, rompendo com o pacto colonial¹⁶, a criação do Banco do Brasil e de instituições políticas e militares locais.

Porém, Costa e Prado Júnior ressaltam que tais reformas não significaram ruptura social e sim uma adaptação conservadora, que visava fortalecer o território e garantir autonomia administrativa sem alterar as bases econômicas escravistas. Isto porque a escravidão era o eixo do sistema de produção de riqueza e a exportação de açúcar, algodão e café dependia inteiramente da mão de obra escravizada, e qualquer tentativa de romper com essas estruturas era vista como uma ameaça à estabilidade. Os setores dominantes temiam que reformas com vieses abolicionistas ou de redistribuição de poder desencadeassem no Brasil o mesmo tipo de convulsão social que destituiu a colônia francesa de São Domingos.

Para Carvalho (2014), essa postura explica por que a independência brasileira foi relativamente pacífica em comparação com outros movimentos latino-americanos. As elites negociaram com D. Pedro I e outras instâncias políticas de forma a transferir o domínio do reino português para a monarquia local, garantindo a continuidade do controle sobre a população escravizada e evitando reformas sociais profundas.

2.2 – REPRESENTAÇÕES DO HAITI NA IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO ESCRAVISTA

Para compreendermos como as raízes do Haitianismo se permearam na sociedade escravista brasileira durante o século XIX, torna-se importante analisarmos o contexto do Brasil em seu processo de consolidação enquanto estado-nação, marcado profundamente pela falta de ruptura com as estruturas coloniais, mantendo uma dinâmica de continuidade na reconfiguração institucional. Nesta ótica, a interpretação de Dias (2005) torna-se central neste

¹⁶ O Pacto Colonial foi o conjunto de regras econômicas e comerciais que vinculava as colônias americanas à metrópole portuguesa, garantindo o monopólio do comércio e a dependência econômica do Brasil em relação a Portugal. Essa estrutura limitava a produção local, impedia a industrialização e favorecia a exportação de produtos tropicais, como açúcar, tabaco e ouro. Para aprofundamento, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

debate, pois evidencia que a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, conforme mencionada no tópico anterior, inaugurou um movimento, chamado pela autora, de interiorização da metrópole, visto que os núcleos administrativo, jurídico e político do Império foram transferidos de Lisboa para o Rio de Janeiro. Tal deslocamento não apenas reorganizou o espaço de poder, mas criou dentro da própria colônia uma máquina estatal, com conselhos de governo, tribunais superiores, reestruturação fiscal e expansão burocrática. Desse modo, quando a independência foi proclamada em 1822, o estado já encontrava-se instituído internamente, o que explica por que a ruptura política não gerou desestruturação dos meios de dominação tradicionais.

A independência, nessa perspectiva, não representou uma emancipação radical, mas a transferência do comando imperial para as elites que detinham o poder no Brasil, preservando o modelo oligárquico, escravista e centralizador. Portanto, não houve uma redistribuição justa de poder que pudesse reparar as marcas deixadas pelo colonialismo ou mobilização popular organizada para transformar as bases produtivas. O latifúndio monocultor, a economia agroexportadora e, sobretudo, a escravização, que constituía o eixo estruturante da ordem social, se mantiveram intactos, como interpreta (Costa, 1999, p. 37):

Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano. Por isso também a ideia de separação completa de Portugal só se configurou claramente quando se revelou impossível manter a dualidade das coroas e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de comércio.

Tais medidas para manter esse sistema de produção, dependente completamente de mão de obra escrava, estavam vinculadas diretamente ao medo das elites diante da possibilidade de revoltas dos escravizados. Foi nesse cenário que o Haitianismo se tornou um elemento político de coesão conservadora, reforçando a necessidade de um estado forte, centralizado e capaz de conter insurreições.

Este quadro se articula às interpretações de Novais (2005) e Furtado (2007), que defendem que a colonização portuguesa fora estruturada a partir de uma lógica voltada ao mercado externo, transformando o território brasileiro em uma economia dependente e subordinada. Sendo assim, a emancipação política

do Brasil não reorientou o sentido estrutural da formação social, mas ao inverso disso, realinhou o Estado para proteger os interesses de exportadores e escravistas. Complementarmente, Holanda (1995) identifica a permanência do patrimonialismo, um sistema de governo que confunde a esfera pública com a esfera privada, sustentando as redes pessoais de mando e lealdade como alicerces da administração. Esta característica explica por que o Estado imperial manteve um caráter personalista e centralizador, mesmo após a institucionalização constitucional de 1824.

Não obstante, as análises que tratam do processo de formação do estado brasileiro colocam em foco as tensões sociais que atravessaram o Império, problematizando a narrativa de continuidade harmônica do regime colonial vigente, evidenciando conjuntamente os conflitos entre diferentes grupos sociais e regionais, e não apenas acordos entre as elites. A escravização, portanto, estava longe de ser um sistema estático, na verdade, era um campo de constante negociação e resistência por parte da população escravizada. Como nos lembra Costa (1999), as revoltas, fugas, negociações cotidianas e redes de solidariedade demonstravam que o império brasileiro necessitava da força para se consolidar, sobretudo, através do exército e da Guarda Nacional, utilizados para reprimir rebeliões e movimentos que pudessem ameaçar a ordem escravista.

Nas décadas de 1840 e 1850, o império brasileiro consolidou um intenso processo de centralização política e administrativa, interpretado por Mattos (1990) como parte do chamado “projeto saquarema”, conduzido pela elite escravocrata vinculada ao Partido Conservador¹⁷. Esse projeto, no entanto, estava longe de representar uma mera reorganização institucional, configurando-se como uma estratégia de poder voltada à manutenção do sistema escravista e à preservação da hegemonia das oligarquias rurais. Nesta ótica, as classes senhoriais entendiam que a manutenção da estabilidade do Império dependia do fortalecimento da autoridade central e da repressão das

¹⁷ O Partido Conservador, também conhecido como Partido Saquarema, formou-se na década de 1830 a partir das elites rurais e burocráticas que reagiam à instabilidade política e social do período regencial. Defendia um modelo de Estado fortemente centralizado, com autoridade concentrada no imperador e nas instituições da Corte, em oposição às tendências descentralizadoras dos liberais. Sua base ideológica sustentava a preservação da escravidão, considerada essencial à ordem econômica e social, e a defesa da unidade territorial e da hierarquia social (Mattos, 1990; Carvalho, 2003).

autonomias locais, vistas como potenciais ameaças à unidade do território brasileiro. Medidas como a Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840), a expansão do aparato policial e a consolidação da burocracia imperial demonstraram o esforço dessas elites em reverter as ideias descentralizadoras do período regencial para fortalecer o controle da Corte sobre as províncias.

Ao mesmo tempo, Faoro (2001) demonstra que este projeto de centralização não significou a construção de um Estado nacional representativo, mas a consolidação de um “estamento burocrático”, herdeiro direto do colonialismo português, que monopolizava o acesso ao poder para sobrepor-se a sociedade civil. Esse estamento formava uma camada dirigente coesa, composta por magistrados, altos funcionários, políticos e militares que governavam em nome da ordem, mas reproduziam o patrimonialismo e a lógica excludente da colonização. Dessa forma, o Estado imperial manteve-se como importante instrumento de dominação de uma elite agrária que buscava explorar ao máximo a mão de obra escravizada para interesses econômicos próprios.

Primordialmente, para que essa política de unificação do poder pudesse de fato ser consolidada, um dos elementos estruturantes para a formação do Estado foi a criação da imprensa brasileira. Como aponta Barbosa (2010), a história da imprensa no Brasil está intrinsicamente vinculada às elites locais, atuando como instrumento político desta classe para difundir ideias, moldar a opinião pública e legitimar a ordem social. Diante deste fato, a introdução da imprensa no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, ocorreu exatamente neste contexto de reconfiguração do império português, com a fundação da Imprensa Régia e a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro. Estas representaram um marco técnico e, principalmente, político para a nação recém-emancipada, visto que o estabelecimento de um meio de comunicação impresso em território brasileiro era considerado algo inédito, no entanto, inteiramente subordinado a monarquia.

Como observa Sodré (1966), o surgimento da imprensa esteve intimamente ligado ao projeto de centralização do poder e de controle social liderado por uma camada extremamente privilegiada do império, o que torna explícito a ausência de liberdade de opinião e a presença constante da censura. O Gazeta atuava como órgão oficial do governo, responsável por divulgar atos

régios e promover a imagem do príncipe regente, caracterizando-se como um veículo de legitimação política.

Paralelamente, surgiram as publicações produzidas no exterior, como o *Correio Braziliense*, fundado em Londres por Hipólito José da Costa. Diferentemente da *Gazeta*, os periódicos publicados de Hipólito defendiam ideias liberais e críticas ao absolutismo, desempenhando um papel importante na formação de um discurso político ilustrado. Entretanto, seu alcance era bastante limitado, restrito a uma elite letrada, o que reforçava o caráter excludente do debate público no Brasil oitocentista (Rizzini, 1957).

Acompanhando o processo de consolidação nacional do império, a imprensa, conseqüentemente, acabou expandindo-se e, ao mesmo tempo, se diversificando com o desenvolvimento técnico de tipografias e a ampliação das redes de circulação que permitiram o surgimento de jornais nas províncias, muitos deles alinhados a grupos políticos locais. Conforme analisa Sodré (1966), esses periódicos funcionavam como instrumentos de organização e propaganda das oligarquias regionais, expressando os interesses das famílias influentes, comerciantes e latifundiários.

No que tange à Revolução Haitiana, Morel (2017) afirma que estes mesmos periódicos desempenharam um papel central na construção de uma percepção controlada e politicamente orientada sobre os acontecimentos de São Domingos, visto que, o modo como esses jornais apresentavam ou silenciavam a Revolução. Essas folhas evidenciavam mais que simples práticas informativas, elas expunham e eram representativas do projeto político das elites escravistas, com o propósito de moldar a opinião pública e reprimir as possibilidades de revoltas de escravizados no Brasil.

Como já dito, o *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro periódico impresso em território brasileiro e, logo, tornou-se a expressão direta do projeto político da Coroa Portuguesa. Como órgão oficial, sua função primordial era construir consenso e garantir a estabilidade política da monarquia, especialmente neste contexto em que a própria presença da corte no Brasil representava uma forma de ruptura institucional. Sodré (1966) e Luca & Martins (2008) enfatizam que o *Gazeta* tratou a Revolução Haitiana de forma indireta,

seletiva e até mesmo silenciosa, evitando a circulação de informações que pudessem instigar a população escravizada como expõe os trechos abaixo:

O rei de Haiti, Henrique, vulgarmente conhecido com o nome de Christovão, em hum Manifesto assignado por elle, a contrassignado pelo seu ministro e secretario de estado dos negócios Estrangeiros Conde de Limonade, declara abertos e francos os seus portos a todas as nações por via de commercio, maldiz o infame Corso, que tantas desgraças fez sofrer a sua Patria, congratula-se com a elevação de Luiz XVIII ao throno dos Bourbons; mas longe de prestar lhe obediência, assevera a firme resolução de sustentar a sua independencia (Gazeta do Rio Janeiro, 1815).

O commercio he a principal fonte de riqueza dos Estados Unidos. New York he neste momento huma das Cidades do mundo [...] O commercio desta Cidade com a America Meridional ocupa mais de 20 navios, e o que fazem os Estados Unidos com a Indias, e a China, he tão activo como o que fazem com a Inglaterra. O luxo da nova corte de Haiti he mais huma nova fonte de riqueza para os americanos; elles levão moveis preciosos, e exportão caffè e assucar (Gazeta do Rio de Janeiro, 1816).

Como pode-se observar, as publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* evidenciam uma percepção ambígua e estrategicamente construída acerca do Haiti e de sua população no início do século XIX. Ao noticiar o manifesto do rei Henrique Christophe, referido de forma depreciativa como “vulgarmente conhecido com o nome de Christovão”, o jornal reconhece formalmente a existência de uma autoridade política haitiana capaz de conduzir relações diplomáticas e comerciais, ao mesmo tempo em que procura esvaziar simbolicamente sua legitimidade por meio da linguagem. A escolha vocabular sugere distanciamento e exotização, negando ao Haiti o pleno estatuto de nação moderna fundada por ex-escravizados.

A menção a “firme resolução de sustentar a sua independência” aparece acompanhada da recusa em prestar obediência à monarquia francesa restaurada, enquadrando o Haiti como um Estado marcado pela insubordinação política. Nesse sentido, a independência haitiana não foi apresentada como resultado legítimo de um processo revolucionário, mas como uma ameaça à ordem internacional, baseada nas monarquias europeias. O discurso jornalístico, portanto, atuava não apenas como registro informativo, mas como instrumento de enquadramento político, situando o Haiti no campo da instabilidade e do perigo potencial.

No trecho de 1816, essa representação se desloca para o campo econômico. O Haiti passa a ser descrito como espaço de consumo e circulação

de mercadorias, sobretudo a partir da referência ao “luxo da nova corte” e ao comércio de café e açúcar. Tal abordagem revela um reconhecimento pragmático da inserção haitiana no comércio atlântico, ainda que esvazie o significado político da revolução. A população haitiana deixa de ser percebida como sujeito histórico e é incorporada ao discurso apenas enquanto agente consumidor ou fornecedor de gêneros tropicais.

Essas narrativas revelam que o medo do Haiti não se expressava apenas por meio de condenações diretas, mas também por estratégias discursivas mais sutis, que buscavam domesticar o impacto simbólico da Revolução Haitiana. Ao reduzir o Haiti à condição de ameaça política ou mercado periférico, a imprensa brasileira contribuiu para neutralizar o potencial emancipatório daquela experiência revolucionária, reforçando os fundamentos da ordem escravista no Brasil oitocentista.

Portanto, quando as notícias sobre a ilha caribenha eram publicadas, geralmente estavam associadas a conflitos internacionais ou a interesses comerciais, omitindo referências explícitas ao levante dos escravizados haitianos. Essa estratégia editorial refletia intrinsecamente o medo das elites coloniais e o constante esforço de controlar e silenciar as narrativas sobre as insurreições negras, sobretudo porque o Brasil possuía um dos maiores contingentes de escravizados no mundo. O silêncio dos jornais de grande alcance como o *Gazeta do Rio de Janeiro* revela, portanto, que o estado imperial percebia a Revolução Haitiana como um tema sensível, capaz de desestabilizar a frágil ordem escravista. O controle de circulação de ideias, nesse caso, era a ferramenta utilizada para preservar a hierarquia racial e assegurar a continuidade do modo de produção colonialista (Sodré, 1966).

O *Correio Braziliense*, por sua vez, representava uma diferente face da imprensa por apresentar viés liberal e abertamente crítico ao absolutismo português. Sua localização no exterior garantia-lhe autonomia, permitindo que tratasse de temas pouco pautados no império. Dessa forma, ao contrário do *Gazeta do Rio de Janeiro*, O *Correio* abordou a Revolução Haitiana de maneira mais explícita em suas publicações (Rizzini, 1957). Um exemplo significativo é a divulgação da proclamação do presidente haitiano Alexandre Pétion ao povo e ao exército do Haiti, veiculada em fevereiro de 1817:

O povo de Hayti deseja ser livre e indepedente: Eu também o desejo. Elles o seraõ. Elles não precisam de apoio estrangeiro: a suas mesmas forças protegeraõ a sua liberdade [...] Não existe um só Haytiano, cuja alma sêja sufficientemente tibia, para consentir em retrogadar no caminho em que nossa gloria nos tem avançado: os nossos deveres estaõ marcados: a natureza lhes deo nascimento, ella nos tem creado iguaes aos outros homens: nós os manteremos contra todos aquelles, que se atreverem a conceber o criminoso desejo de nos subjulgárem. Elles acharaõ nestas praias sómente cinzas mixturadas com sangue espada e um clima vingador (Correio Braziliense, 1817, p. 148).

Entretanto, mesmo Hipólito da Costa, frequentemente considerado como precursor do liberalismo luso-brasileiro, compartilhava os receios estruturais das elites escravistas. Rizzini (1957) aponta que embora sua postura fosse mais aberta ao debate público e à crítica das instituições coloniais, sua interpretação da experiencia haitiana permanecia profundamente atrelada a uma perspectiva de ordem social que não admitia rupturas radicais. Para Hipólito, o Haiti funcionava como um paradigma negativo, cujo “excesso” revolucionário demonstrava os perigos de uma transformação social conduzida pelas camadas subalternas.

Em suas análises acerca do cenário político, Hipólito afirmava que a Revolução Haitiana era consequência direta da negligência administrativa da França e da radicalização jacobina, isto é, da ausência de moderação e racionalidade. Diante de tal panorama, Rizzini (1957) observa ainda que, mesmo diante das contradições e tensões inerentes ao sistema escravista, Hipólito recusava qualquer possibilidade de emancipação imediata, temendo que a desorganização econômica e o colapso da autoridade estatal resultassem em uma “haitianização” do Brasil. Portanto, sua defesa de reformas graduais, não apenas expressava um posicionamento liberal moderado, mas evidenciava uma concepção de modernização subordinada aos interesses de uma minoria privilegiada.

Periódicos provinciais como O Pao D’assucar, publicado no Rio de Janeiro durante a década de 1830, integrou o conflituoso ambiente da imprensa política do período regencial. E, embora fosse um jornal de vida relativamente curta, segundo Algranti (2004), sua atuação na imprensa brasileira insere-se em um contexto mais amplo de expansão da esfera pública no pós-independência, marcada pelo surgimento publicações comprometidas com disputas eleitorais,

debates facciosos e intervenções retóricas destinadas a moldar a opinião pública.

Neste contexto, O Pao D'assucar distingue-se como um exemplo significativo de periódico que, apesar de não estar entre os grandes jornais da época, desempenhou um papel ativo nas controvérsias políticas locais. As evidências historiográficas indicam que O Pao D'assucar manteve uma linha editorial voltada para o comentário político, com envolvimento direto nas disputas eleitorais. Sua participação nesses debates sugere um jornal com perfil opinativo, característico de muitos periódicos do período regencial, que frequentemente representavam os interesses de uma classe dominante. Ou seja, o jornal não se apresentava como um mediador neutro, mas como agente político que utilizava o espaço das publicações impressas para influenciar a formação de alianças e construir um entendimento comum sobre determinados assuntos (Algranti, 2004).

Um dos aspectos mais relevantes de sua atuação refere-se ao uso do “Haitianismo”, isto é, a referência da Revolução Haitiana como linguagem política destinada a propagar o medo, disciplinar comportamentos e justificar posições públicas. Em edições como a de 7 de abril de 1835, o periódico declarou de fato seu posicionamento acerca dos acontecimentos no Haiti ao recorrer explicitamente a estereótipos associados ao povo haitiano e as rebeliões de escravizados. Neste caso, o recurso ao Haiti, não era, portanto, um comentário sobre os eventos históricos, mas sim uma estratégia discursiva mobilizada para intervir em debates sobre segurança, escravização e a estabilidade social no império brasileiro:

[...] são haitianos esses que odeão os Portuguezes, e pelo contrário preferem os homens de outras Nações que longe de construir edificios publicos, e promover nosso angmento e prosperidade [...] São haitianos somente os que promovem a divizão do Brasil, que o salpicão de sague fratercida, que não dezejão o perdão de leves erros politicos, e pelo contrario querem que graves attendados gozem de indulgencia. Haitianos são unicamente esses moderados que tem apregoado a licença em vez de liberdade, a discordia em lugar de patriotismo, e hum systema efemero em vez de huma Monarquia Representativa solida e duradoura, que faça a felicidade dos povos. Estes são os verdadeiros haitianos, que conduzem as coizas ao termo do Haitianismo [...] Homens inconsequentes e creueis, cessai hum de dia mortificar a desgraçada Patria, quasi exangue por vossa cauza. Vêde que vós não escapareis a catasfore: tremei por vós mesmos (O Pao D'assucar, 1835, p. 2-3).

O trecho acima demonstra o uso do Haiti como categoria discursiva desvinculada de sua realidade histórica concreta e mobilizada como instrumento de combate político no Brasil oitocentista. O termo “haitianos” deixa de designar uma nacionalidade para se transformar em rótulo moral e político atribuído aos adversários da monarquia e da ordem imperial. Assim, o Haiti é acionado como metáfora de desagregação, violência e ameaça à unidade nacional.

Ao associar os “haitianos” à divisão do Brasil, ao derramamento de sangue e à negação do perdão político, o discurso desloca conflitos institucionais para o campo da criminalização do dissenso. A oposição entre “licença” e “liberdade” reforça esse movimento, desqualificando projetos políticos alternativos e naturalizando a monarquia representativa como única forma legítima de governo. O Haitianismo, nesse sentido, opera como linguagem de exclusão, que interditava o debate político ao associar a contestação à ruína da pátria e à catástrofe social.

As análises de Carvalho (2021) e Youssef (2010) permitem compreender que o jornal O Pao D’assucar empregou o Haitianismo não apenas como referência histórica, mas principalmente como um instrumento discursivo estratégico, mobilizado estrategicamente em contextos de disputa eleitoral e instabilidade política. A evocação da Revolução do Haiti, nesse periódico, funcionava como uma ferramenta retórica destinada a produzir pânico social, articulando a experiência haitiana, frequentemente representada como um episódio de violência generalizada e ruptura radical, às tensões internas da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, o jornal estabelecia paralelos entre o Haiti e grupos específicos do Rio de Janeiro oitocentista, associando adversários políticos, setores populares e, sobretudo, populações negras escravizadas e libertas à possibilidade de uma revolução. De acordo com Carvalho (2021) e Youssef (2010), esse discurso evidenciava uma estratégia mais ampla da imprensa conservadora e moderada no século XIX, que transformava o Haiti em símbolo negativo da desordem, acionado para delimitar fronteiras entre lealdade e subversão, civilização e barbárie, ordem e revolta. Tal enquadramento possibilitava ao jornal reforçar projetos políticos centrados na manutenção do

sistema escravista e na preservação da hierarquia das raças, além de legitimar práticas repressivas.

Desse modo, O Pao D`assucar e demais periódicos monopolizados pela elite escravista não registravam em suas páginas apenas o temor do Haitianismo, mas participavam ativamente da construção e divulgação desse temor, contribuindo para sua articulação no debate público e para sua incorporação como elemento estruturante da cultura política brasileira daquele período. É o que propõe Azevedo (2008) ao analisar que o chamado “medo branco” não era um sentimento trivial despertado apenas pelas revoltas, era, no entanto, um elemento presente entre as classes dominantes. Ele se alimentava de uma visão racializada que associava as pessoas negras, fossem elas escravizadas ou livres, a um potencial inerente e intrínseco para a violência, para a rebelião e para ruptura das estruturas sociais que, na verdade, eram os verdadeiros grilhões para esta população; quando deveriam questionar, por exemplo, se um sistema violento e opressor não seria a raiz para tais problemas.

2.3 O HAITI IMAGINADO: ESCRAVIZADOS DO BRASIL E A MEMÓRIA DE UMA REVOLUÇÃO

Compreendida como símbolo do terror entre a elite branca brasileira e combatida com as mais variadas armas, desde a repressão física até ideológica, conforme analisada no tópico anterior, a Revolução Haitiana e a comparação entre as perspectivas das elites do Brasil e as da população escravizada revelam a existência de um profundo descompasso interpretativo acerca das raízes estruturantes da colonização e as possibilidades de transformação. Enquanto os grupos dominantes enxergavam a manutenção da escravização do povo negro como condição necessária para a estabilidade política e econômica do império, os escravizados visualizavam esse sistema como violência cotidiana e buscavam de diferentes formas, criar e ampliar seus horizontes de liberdade. Ao observarmos o ponto de vista da população escravizada, a Revolução Haitiana assumia um significado completamente distinto do imaginário construído pelas camadas privilegiadas como destaca (Azevedo, 2008, p.35):

O Brasil recém-independente herdaria por seu turno estas incômodas pressões da nação capitalista mais poderosa de então, já consideravelmente aumentadas, Também caberia ao novo país uma

outra herança, igualmente decisiva para que se começasse a pensar na necessidade de se extinguir a escravidão. Era o grande medo suscitado pela sangrenta revolução em São Domingos, onde os negros não só haviam se rebelado contra a escravidão na última década do século XVIII [...] Ora, perguntavam-se alguns assustados “grandes” homens que viviam no Brasil de então, se em São Domingos os negros finalmente conseguiram o que sempre estiveram tentando fazer, isto é, subverter a ordem e acabar de vez com a tranqüilidade, dos ricos proprietários, por que não se repetiria o mesmo aqui?

Uma publicação do periódico A Aurora Fluminense, em 27 de março de 1835, demonstra como a imprensa elitizada concebia o Haiti e sua relação com os escravizados do Brasil:

[...] todos consta que as doutrinas Haitianas são aqui pregadas com impunidade; que os escravos são alliciados com o engodo da liberdade, e concitados por espiritos vertiginosos, nacionais e estrangeiros...que ha na Côte de Sociedades Secretas... que tem para os quaes contribue grande numero de socios de côr, livres e captivos...desses cofres sahem os subsidios para propagar doutrinas subversivas pelos escravos das fazendas de lavoura (Aurora Fluminense, 1835).

Em vez de símbolo de desordem, para os escravizados, o Haiti funcionava como ideal de possibilidade para abolir a escravização. Autores como Conrad (1978) e Reis & Gomes (1996) demonstram que, embora a circulação formal de jornais e documentos fosse monopolizada pelas elites letradas, notícias sobre a insurreição no Haiti eram amplamente difundidas de forma oral. Os portos litorâneos, feiras, marinheiros estrangeiros, trabalhadores de docas, tropeiros e até mesmo padres, tornavam-se fontes de disseminação de boatos, rumores e relatos fragmentados sobre a existência de um país constituído por negros livres.

Essa circulação de informações era potencializada, em especial, pelos próprios espaços de sociabilidade que caracterizavam a vida da população negra no Brasil. A população escravizada organizava-se em redes densas e heterogêneas que transcendiam os limites da propriedade senhorial. Sob esta ótica, Cruz (2007) destaca de forma consistente que as irmandades religiosas de pessoas negras, constituíram-se no século XVIII e XIX como espaços privilegiados de interações sociais, mutualismo e construção identitária para os povos afro-diaspóricos no Brasil. Ainda que fosse formalmente inscrita na estrutura católica e submetidas ao controle e aceitação das elites senhoriais, essas irmandades abrigavam dinâmicas internas que permitiam aos seus membros criar redes de solidariedade, reelaborar cosmologias africanas,

preservar tradições étnicas e reconstruir laços sociais rompidos pela escravização.

Há de se ressaltar que tais características tornavam as irmandades importantes núcleos de organização social dentro da ordem escravista. Ao aprofundarmos a análise, é possível constatar que as irmandades operavam simultaneamente em dois planos: uma parte funcionava como instituições legitimadas pela Igreja e pela administração colonial, contribuindo para o que Cruz (2007) descreve como um “pacto colonial”, em que a adesão oficial ao catolicismo representava uma forma de inserção social mínima das pessoas negras neste meio letrado e Cristão. Já a outra parte, consistia na apropriação dessas confrarias (irmandades) pelos próprios negros como espaço de reinvenção cultural, onde se preservavam práticas musicais, danças, rituais e hierarquias associadas às nações africanas.

Quando articulamos essa interpretação à historiografia produzida acerca da escravização e a circulação dos ideais revolucionários haitianos, ainda que o texto de Cruz (2007) não trate explicitamente dessa dimensão comunicativa, os elementos descritos por ela são os mesmos mecanismos sociais identificados como facilitadores da difusão de rumores subversivos entre os escravizados. A oralidade, central na construção da sociabilidade afrobrasileira, e a intensa mobilidade de escravizados de ganho, marinheiros e trabalhadores urbanos permitiram que fatos e narrativas sobre a Revolução Haitiana fossem reinterpretados e incorporados às realidades locais.

Assim, ao se pensar as irmandades como espaços rituais, associativos e comunitários, torna-se possível compreender como as ideias da insurreição no Haiti poderiam ter encontrado nesses espaços um terreno fértil para a circulação de ideias. Entretanto, é importante ressaltar que as irmandades não eram núcleos organizadores de movimentos de insurreição, mas que suas estruturas e práticas criavam condições para o encontro, a troca e a reelaboração de narrativas sobre liberdade e resistência (Gomes, 2005; Reis, 1991; Soares 2000).

Nesse contexto, as referências ao Haiti não eram recebidas como relatos jornalísticos completos, mas como narrativas simbólicas dotadas de um forte potencial mobilizador. A Revolução Haitiana, ao atravessar os portos, as

senzalas e os quilombos, transforma-se em mito político. Não era necessário que os escravizados soubessem localizar a República do Haiti no mapa ou compreender a complexidade do processo revolucionário haitiano, bastava o núcleo essencial da mensagem de que homens e mulheres negros haviam abolido a escravidão e instituído um estado soberano. Essa interpretação operava como um horizonte de possibilidade histórica, visto que, em uma sociedade que naturalizava a condição de escravizado, a existência de um país negro também governado por pessoas negras funcionava como ruptura epistemológica, abrindo fissuras na percepção de inevitabilidade da ordem senhorial (Soares, 2000).

Infelizmente, no Brasil, quando falamos sobre a resistência negra no contexto escravista, ainda é bastante corriqueiro nos depararmos com interpretações distorcidas sobre os movimentos de contestação da ordem colonial que ganharam força ao longo do século XIX. É possível constatar que ainda persistem visões que minimizam ou negam o protagonismo da população escravizada, perpetuando a ideia equivocada de que homens e mulheres negros não desempenharam um papel ativo na construção do Estado nacional brasileiro. Como argumenta Beatriz Nascimento, esse tipo de leitura deriva de uma tradição historiográfica que transformou o negro em “objeto” da narrativa histórica, silenciando suas formas de organização política e suas práticas de liberdade. Trata-se, portanto, de um apagamento epistêmico profundamente enraizado, moldado pelo racismo, que historicamente invisibilizou as ações, contribuições e experiências da população negra na formação da sociedade brasileira.

Movimentos como A Balaiada, Cabanagem e a Insurreição Praieira indicam a maneira como a historiografia do século XIX participou ativamente da construção de uma narrativa oficial sobre a formação do Brasil que privilegiava as elites políticas e intelectuais, ao mesmo tempo que relegava os movimentos populares, especialmente aqueles onde o protagonismo negro se fazia presente, sendo interpretados diversas vezes como “anomalias” históricas e utilizadas como discurso fundamental para legitimar a ordem imperial. Assim, reforçavam a associação entre civilização, monarquia e ordem social, enquanto estes mesmos movimentos eram enquadrados em expressões de atraso, irracionalidade ou barbárie (Janotti, 2005; Moura, 2014; Nascimento, 2016).

A Balaiada, deflagrada entre os anos de 1838 e 1841 na província do Maranhão, constitui-se como um dos mais expressivos movimentos de contraposição social do período regencial. Situada em um contexto de instabilidade política pelas disputas entre facções locais e agravamento nas condições econômicas e sociais, a revolta, além de representar uma reação contra o controle oligárquico regional, expressou conjuntamente as tensões estruturais da sociedade escravista oitocentista. Janotti (2005) afirma que a historiografia tradicionalista do século XIX, interpretou a Balaiada como um episódio de “desordem” e “barbárie”, reafirmando a narrativa de um estado nacional em formação que buscava se consolidar sob a égide da monarquia, da ordem e da civilização, apagando sistematicamente as camadas populares envolvidas no conflito.

Concomitantemente, Janotti ressalta que os historiadores do século XIX ligaram a construção do Estado imperial à defesa de instituições vistas como modernas e civilizadas, o que implicou na classificação de revoltas populares como Cabanagem, Sabinada e, especificamente a Balaiada, como ameaças à ordem nacional. Na narrativa dominante, a Balaiada aparecia como uma insurreição irracional de camadas pobres e ignorantes, propagando estereótipos raciais e sociais que invisibilizavam a racionalidade política desses grupos. No entanto, fontes memorialísticas e estudos posteriores revelaram uma realidade bem mais complexa, como analisa (Janotti, 2005, p.42):

Fontes memorialísticas, como os escritos de João Francisco Lisboa e depoimentos de época, colhidos por Dunshee de Abranches, veicularam versões da revolta balaia menos esquemáticas e homogêneas e mais ricas em detalhes e nuances. João Francisco Lisboa foi historiador, político e jornalista crítico dos costumes políticos. Quando jovem foi “exaltado”, tendo participado da setembrada por ocasião da abdicação de D. Pedro, mas desaparecendo o perigo da restauração alinhou-se com os liberais da província que combatiam a política centralizadora da regência de Araújo Lima. A Crônica Maranhense era a principal tribuna de onde se dirigiam ataques e críticas ao governo, demonstrando inegável simpatia ao grupo Bem-te-vi, sendo por essa razão acusado de fomentar o clima revolucionário na província. Publicava correspondência sobre o desenvolvimento das ações rebeldes, reclamações sobre o confisco de rebanhos, depredações, saques e violências de toda espécie cometidos principalmente pelos cabanos. Fica bem claro através dessas notícias as ligações do Partido Liberal com os grupos armados do Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas e o cotidiano da população urbana e rural sob as exigências das facções em luta.

A estrutura social do Maranhão no período pré-Balaiada era constituída por extensas propriedades agropecuárias, grande número de escravizados e a

emergência de grupos intermediários, compostos por artesãos, pequenos produtores e trabalhadores pobres e libertos. Moura (2014) interpreta que foram justamente esses seguimentos marginalizados que se articularam contra os abusos das elites locais, frequentemente associadas ao predomínio do coronelismo e a manutenção de práticas clientelistas¹⁸. A dominação “balaio” deriva do artesão Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, cuja família esteve envolvida nos primeiros confrontos, embora a revolta tenha se ampliado para abarcar quilombolas, vaqueiros roceiros e desertores das forças provinciais.

A participação negra na Balaiada é reconhecida com um dos elementos primordiais do movimento. Escravizados e negros libertos integraram as fileiras de rebeldes, articulando a revolta às expectativas de autonomia, fim da escravização e oportunidades políticas antes inacessíveis. A entrada de Cosme Bentos das Chagas, conhecido como “Negro Cosme”, expandiu ainda mais o alcance social da revolta, com a formação de um grande quilombo e a mobilização de centenas de homens negros armados. A atuação de Cosme evidencia que a Balaiada não pode ser reduzida a um movimento de artesãos ou pequenos produtores, pois, na verdade tratou-se de uma revolta de caráter racial que se impôs firmemente ao contestar as estruturas escravistas vigentes (Nascimento, 2016).

A historiografia produzida a partir da segunda metade do século XX, passou a reinterpretar a Balaiada à luz das dinâmicas sociais e raciais da época. Nesta perspectiva, Moura (2014) enfatiza que revoltas como a Balaiada revelam a agência dos grupos subalternizados, cuja atuação foi sistematicamente negada pela historiografia elitista. Para o autor, a Balaiada deve ser entendida como uma insurreição popular organizada, expressão da luta de classes e da resistência negra no interior do regime escravista. Beatriz Nascimento também contribui para essa discussão ao problematizar o apagamento da participação negra em processos políticos e ao ressaltar o papel dos quilombos como espaços de autonomia e elaboração de projetos coletivos de liberdade,

¹⁸ As práticas clientelistas referem-se a relações políticas baseadas na troca de favores entre indivíduos ou grupos em posições desiguais, nas quais o acesso a recursos como proteção, cargos, benefícios materiais ou influência é condicionado à lealdade política e ao apoio eleitoral. Na historiografia brasileira, tais práticas são interpretadas como elementos estruturantes da formação do Estado e da cultura política nacional, especialmente durante o período do coronelismo e da Primeira República, quando relações pessoais, patrimonialistas e assimétricas eram fundamentais para a manutenção do poder local e regional (Leal, 2012).

perspectiva que se aplica diretamente ao quilombo organizado por Cosme durante a revolta.

Nessa mesma direção argumentativa, temos a Cabanagem, ocorrida entre os anos de 1835 e 1840 na província do Grão-Pará, amplamente reconhecida como uma das mais intensas e radicais insurreições de caráter popular da história do Brasil. Diferentemente de outras revoltas do Período Regencial, a Cabanagem caracterizou-se por sua amplitude social, abrangendo a participação direta de diversos setores populares como indígenas, ribeirinhos, negros escravizados e libertos, e pelo fato singular de que, por um breve período, os cabanos chegaram a controlar a capital provincial, Belém.

No plano social, a Cabanagem emergiu em um cenário marcado profundamente pela desigualdade social. O Grão-Pará, apesar de formalmente integrado ao Império brasileiro após 1823, manteve tensões históricas de caráter regional, étnico e econômico. A população, majoritariamente composta por indígenas, mestiços, negros e grupos ribeirinhos, vivia em condições de extrema pobreza, em contraste com um reduzido número de latifundiários, comerciantes luso-brasileiros e autoridades locais. Como observa Salles (1971), a designação “cabanagem” refere-se às habitações humildes (cabanas), onde a maioria das pessoas da província do Grão-Pará moravam, simbolizando a condição de exclusão desses grupos.

Politicamente, a revolta estava enraizada na disputa entre facções locais que se formaram após a abdicação de D. Pedro I em 1831. A historiografia clássica, representada por Reis (1996), interpretou a revolta como resultado de rivalidades entre as elites locais e os “cabanos”, no entanto, essa leitura, centrada nas elites, já foi amplamente revista. Estudos contemporâneos como os de Harris (2010) e Chambouleyron (2010), expõem que a Cabanagem não se tratou apenas de um conflito faccioso, mas uma guerra social, impulsionada pela tentativa dos grupos subalternizados de alterar as estruturas de poder da província.

A radicalidade da revolta se expressou indubitavelmente na ruptura com as estruturas opressoras, tendo em vista que os cabanos tomaram Belém em 1835, executaram autoridades provinciais e instauraram governos próprios, ainda que instáveis, compostos por lideranças emergentes como Vicente

Clemente Malcher, Francisco Vinagre e, posteriormente, Eduardo Angelim. Esse processo é interpretado por Harris (2010) como um momento de experimentação política popular, em que novos agentes sociais assumiram posições de comando que lhes eram historicamente negadas.

Além do caráter político e social, a Cabanagem também revela as profundas dimensões raciais que conflitos como esses perpassam. A participação de pessoas negras e indígenas foi decisiva, pois a revolta representava, para muitos desses grupos, a possibilidade de romper com mecanismos seculares de exploração e controle. Moura (2014) analisa esses processos como expressões contínuas da luta das populações negras e indígenas contra o sistema colonial-escravista ampliado reconfigurado no período imperial. A adesão de escravizados e negros libertos demonstra que, para além das disputas oligárquicas, a Cabanagem oferecia a esses sujeitos a perspectiva concreta de liberdade e autonomia, ainda que de modo temporário.

O desfecho da Cabanagem, no entanto, revela o enorme poder coercitivo do Estado imperial. A repressão, conduzida tanto pelas forças imperiais quanto pelas elites provinciais, foi brutal. Estimativas indicam a morte de cerca de 30% da população da província, sendo considerada uma das maiores tragédias demográficas da história do Brasil. Para Harris (2010), essa repressão serviu como aparato estatal sobre o uso da violência para garantir a centralização política e a manutenção de um sistema opressor. Neste sentido, a Cabanagem representa um marco na história política do Brasil e da luta das camadas populares em participar da vida política para redefinir sua posição dentro da sociedade. Ao mesmo, revela a forma como o Estado nacional foi construído, em meio a profundas disputas que envolviam as classes dominantes e os grupos historicamente marginalizados.

A Insurreição Praieira, por sua vez, ocorrida em Pernambuco na segunda metade do século XIX (1848-1849), envolveu um processo significamente complexo dentro da crise política do Segundo Reinado devido ao caráter multifacetado do movimento, que articulou tensões econômicas, rivalidades oligárquicas e demandas populares reprimidas. De acordo com a análise de Carvalho e Câmara (2008), é possível compreender a Insurreição Praieira como um fenômeno que ultrapassa os limites de uma revolta liberal regional, situando-

se em um contexto mais profundo de disputa acerca da natureza do Estado e da participação política no Brasil do século XIX. Neste sentido, Carvalho e Câmara (2008, p. 7) comentam:

Os estudos recentes não se deixaram levar pela retórica panfletária pura e simples. Seguindo uma sugestão de Isabel Marson, deixaram de tomar o partido dos praieiros. Ao invés de reverberar o discurso da imprensa panfletária liberal radical, buscou-se dimensionar a participação das camadas subordinadas no movimento praieiro e entender as motivações dos diferentes grupos envolvidos. A Praieira teve de fato outras facetas, indo além da mera disputa oligárquica. Ela catalisou inúmeras insatisfações da população pobre livre, impressada entre a escravidão e o desemprego.

A documentação utilizada (autos do inquérito, cartas, memórias políticas e registros oficiais) indicam que a Praieira reuniu trabalhadores pobres e negros libertos, cuja presença nos confrontos armados revela a permeabilidade social da insurreição. Alfaiates, Ferreiros, Sapateiros e pequenos comerciantes não apenas aderiram às fileiras praieiras, mas atuaram como organizadores, disseminadores de panfletos e participantes ativos nos combates. A figura do sapateiro negro Cecílio, promovido a capitão dos rebeldes, é particularmente reveladora, pois sua ascensão demonstra que a revolta oferecia brechas para a mobilização política de grupos subalternizados. Como observa Carvalho (2006), a insurreição incorporou “um proletariado urbano embrionário” que vinha se organizando nas décadas anteriores e que visualizou na Praieira a oportunidade de reivindicar melhores condições de trabalho, acesso ao voto e a redução da violência policial.

O envolvimento das camadas populares na Insurreição Praieira ajuda a compreender por que parte da historiografia tradicional buscou enquadrar a revolta como mera situação de “desordem” ou irracionalidade coletiva. As produções oriundas do século XIX eram herdeiras de um ideário de civilização e ordem, e atribuiu frequentemente aos praieiros uma natureza excessivamente turbulenta, como se o movimento fosse fruto de impulsos e não de reivindicações políticas concretas. Esse ponto de vista é criticado por autores como Marson (1987) e Naro (1980), que demonstram que a Insurreição Praieira deve ser compreendida como parte de um ciclo mais amplo de contestação política no Nordeste, marcado pela ascensão de novos atores sociais após a Independência e pelas tensões produzidas pela centralização imperial.

Em uma perspectiva político-institucional, a Praieira refletiu a disputa pela hegemonia entre duas facções locais (os praieiros e os guabirus) que representavam projetos distintos do exército do poder provincial. Enquanto os guabirus estavam alinhados aos conservadores e ao projeto centralizador saquarema, os praieiros defendiam maior autonomia provincial e reformas sociais mais amplas. O célebre Manifesto ao Mundo (1849) sintetiza esse horizonte, com propostas consideradas radicais para período que, consistiam basicamente no voto livre e universal, nacionalização do comércio, liberdade de imprensa irrestrita e o fim do recrutamento militar coercitivo.

Portanto, a partir da análise de Faoro (2001) e Mattos (1990), a Insurreição Praieira pode ser interpretada como uma reação ao fortalecimento do Estado Imperial centralizado, consolidado após a maioria de D. Pedro II. As reformas de 1841 e 1842, responsáveis por ampliar o poder da polícia, do juiz de paz e da autoridade provincial, reduziram drasticamente o espaço de manobra para o liberalismo radical. Sendo assim, a insurreição expressa, principalmente, o tensionamento entre um Estado que buscava impor unidade administrativa e elites locais que reivindicavam seus espaços tradicionais de poder.

Embora não tenha sido em sua essência um levante antiescravista, é de estrita importância ressaltar que a Praieira foi atravessada pelas estruturas raciais do Brasil durante aquele período, e que a participação de homens negros libertos e escravizados urbanos evidencia essa dimensão, ainda que subestimada pela historiografia tradicional. A invisibilização posterior dessa participação, como aponta Nascimento (2006) esta ligada ao projeto de Estado nacional que silenciou a agência negra da política brasileira oitocentista para a reafirmar os discursos civilizatórios que associavam ordem, progresso e branquitude.

Em síntese, revoltas como A Balaiada, Cabanagem, Insurreição Praieira e demais movimentos que contaram com o protagonismo da população escravizada e de diversos setores populares do Brasil, e compreendendo sobretudo as particularidades históricas que cada uma dessas revoltas carrega consigo, é possível constatar que os impactos da Revolução Haitiana representaram um horizonte de liberdade.

A experiência haitiana demonstrou que a ordem escravista não era natural nem invencível. Mesmo diante das tentativas de silenciar e apagar a atuação histórica desses sujeitos, hoje é possível compreender a política brasileira do século XIX inserida em um campo atlântico marcado pela circulação de temores, esperanças e projetos de emancipação, no qual o Haiti ocupou um lugar central no imaginário político tanto dos opressores quanto dos oprimidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender, com maior profundidade, como a Revolução Haitiana tornou-se um dos principais referenciais simbólicos para a construção de discursos, rumores, temores e estratégias de controle social no Brasil durante o século XIX. Ao retomar a situação-problema apresentada na introdução, buscou-se responder de que maneira os jornais brasileiros mobilizaram o Haiti em suas narrativas e como essas representações contribuíram para reforçar a ideologia escravista e alimentar o fenômeno conhecido como Haitianismo. A partir da análise documental e da revisão historiográfica, foi possível demonstrar que o impacto da Revolução Haitiana ultrapassou fronteiras geográficas, convertendo-se em um elemento estruturante do imaginário político imperial.

O primeiro capítulo, dedicado à reconstrução do processo revolucionário haitiano, evidenciou que a ruptura política ocorrida no Haiti não foi um evento isolado, mas o resultado de uma longa trajetória de luta, resistência e disputas internas e externas. A compreensão da Revolução Haitiana enquanto processo social profundo, permitiu situar o Haiti como ator histórico ativo dentro das sociedades latino-americanas do século XVIII e XIX. Desse modo, a análise da formação da sociedade colonial, das dinâmicas econômicas, das tensões políticas e da circulação de ideias permitiu estabelecer as bases para compreender por que o Haiti se tornou símbolo de emancipação para as populações escravizadas e, simultaneamente, motivo de profundo temor para as elites escravistas.

Esses elementos forneceram o fundamento necessário para o segundo capítulo, no qual se examinou a construção do Haitianismo no Brasil e em outras sociedades escravistas latino-americanas. A partir da análise de jornais, relatórios e discursos políticos, confirmou-se que o Haiti era constantemente acionado como metáfora de desordem e ameaça racial. As elites políticas brasileiras, cientes da fragilidade de um sistema econômico e social assentado na escravidão, recorriam ao exemplo haitiano como justificativa para intensificar os mecanismos de repressão, censura e vigilância. Essa constatação confirmou de maneira clara a primeira hipótese da pesquisa: a imprensa utilizou o Haiti

como instrumento discursivo de advertência e controle, reforçando a necessidade de manter rígida vigilância sobre a população negra e de evitar qualquer tipo de mobilização coletiva que pudesse ser interpretada como prenúncio de rebelião.

A segunda hipótese, que apontava o Haitianismo como mecanismo de legitimação da ordem imperial e das elites proprietárias também se mostrou consistente. Os discursos identificados na imprensa revelaram um esforço contínuo de vincular revoltas internas (como a Revolta dos Malês, a Balaiada, a Cabanagem e outras) ao fantasma de “um novo Haiti”. Esse tipo de narrativa foi fundamental para consolidar uma política de Estado ancorada no medo racial, justificando tanto a repressão violenta quanto a manutenção de leis e práticas que reforçavam a hierarquia social e racial. A menção ao Haiti operava, portanto, como elemento de coesão entre as elites, criando uma retórica comum que legitimava suas posições e fortalecia a defesa da ordem escravista.

A terceira hipótese, que sugeria a circulação das notícias sobre o Haiti entre populações escravizadas e libertas apresentou resultados mais complexos. Embora os jornais analisados representassem, em grande medida, a visão das elites e buscassem evitar a divulgação de informações que pudessem inspirar revoltas, a literatura historiográfica demonstra que rumores e relatos orais sobre a Revolução Haitiana circulavam de forma intensa nas senzalas e nos espaços urbanos frequentados por pessoas negras. Essa circulação informal, embora pouco registrada em documentos oficiais e jornais, é mencionada em diversas pesquisas que tratam das revoltas de escravizados e das dinâmicas de resistência no Brasil e no Caribe. Assim, ainda que não diretamente confirmada pelas fontes impressas analisadas, a hipótese não pode ser descartada; ao contrário, ela é reforçada pela historiografia mais recente, que destaca a capacidade das populações escravizadas de acessar, reinterpretar e ressignificar informações provenientes de outros contextos da América.

Ao retomar os objetivos propostos, pode-se afirmar que foram plenamente atingidos. Foi possível examinar a construção do Haitianismo no âmbito atlântico, identificar referências explícitas e implícitas ao Haiti nos jornais brasileiros, compreender como esses jornais relacionavam o episódio haitiano às revoltas internas e discutir, à luz das fontes e da historiografia, a relevância do medo racial

como elemento estruturante das políticas imperiais de controle social. A análise empreendida demonstrou que o Haitianismo não era um discurso marginal ou esporádico, mas uma ferramenta recorrente na imprensa e nos debates políticos do período, utilizada para moldar percepções sociais e justificar práticas repressivas.

Além de atender aos objetivos iniciais, esta pesquisa contribui para renovar o debate historiográfico sobre a circulação atlântica de ideias e medos no século XIX. Ao examinar o Haiti como construção simbólica e política dentro da sociedade brasileira, tornou-se possível compreender de maneira mais clara como a imprensa operou como agente fundamental na definição dos limites do aceitável e do perigoso no contexto imperial. A análise evidencia que a cultura política do Brasil oitocentista não pode ser compreendida sem considerar suas conexões com experiências internacionais, especialmente aquelas que ameaçavam a lógica escravista sobre a qual se sustentava o Império.

Por fim, este estudo abre caminhos para novas investigações. Uma das possibilidades seria aprofundar o estudo do Haitianismo em outros jornais brasileiros e latino-americanos, ampliando a comparação entre diferentes regiões do continente. Outra vertente promissora consiste em analisar a recepção do Haiti entre diferentes grupos sociais, especialmente trabalhadores livres, libertos e escravizados, buscando reconstruir suas perspectivas a partir de fontes alternativas, como relatos criminais, correspondências privadas, práticas religiosas e registros de oralidade. Da mesma forma, o cruzamento entre imprensa, cultura política e circulação atlântica pode ser expandido para pesquisas em nível de pós-graduação, permitindo aprofundar temas como conexões afro-diaspóricas, práticas de resistência e a construção do imaginário racial no século XIX.

Dessa forma, as análises aqui desenvolvidas demonstram que o Haitianismo foi um elemento central na construção da ordem política e social do Brasil imperial. Ao reafirmar o Haiti como ameaça constante, a imprensa brasileira contribuiu para a naturalização de uma política baseada no medo racial e na repressão das populações negras. Compreender esse processo é fundamental não apenas para entender o passado, mas também para refletir

sobre as permanências históricas que ainda estruturam desigualdades e hierarquias raciais no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas:

BIBLIOTECA NACIONAL. Denúncia de propagação de ideias subversivas vindas do Haiti. A Aurora Fluminense, Ed. 32. Rio de Janeiro.1835.

BIBLIOTECA NACIONAL. A abertura dos portos do Haiti para as outras nações. Gazeta do Rio de Janeiro, Ed. 97. Rio de Janeiro. 1817.

BIBLIOTECA NACIONAL. Declarações e críticas do Brasil ao povo haitiano. O Pão de Açúcar. Ed. 27 p. 2 e 3. Rio de Janeiro. 7 de abr. de 1835.

BIBLIOTECA NACIONAL. Relações comerciais do Haiti. Gazeta do Rio de Janeiro, Ed. 14. Rio de Janeiro.1815.

BIBLIOTECA NACIONAL. Proclamação do presidente haitiano Alexandre Pétion ao povo e ao exército do Haiti. Correio Braziliense, p. 148. Ed. 18. Londres. 1817.

CARVALHO, Flávia Maria de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. Mneme – Revista de Humanidades, Caicó, v. 11, n. 27, 2010.

MOREAU DE SAINT-MÉRY, Médéric Louis Élie. *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue*. Philadelphia: Chez l'auteur, 1796.

Jornais:

Aurora Fluminense (1827 – 1835)

Correio Braziliense (1808 – 1822)

Gazeta do Rio de Janeiro (1808 – 1822)

O Pao D'assucar (1831 – 1832)

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

ADÉKÓYÀ, Abayomi, Adebayo. Panafricanismo e a luta anticolonial no século XX: independência e identidade africana. *Revista África e Africanidades*. ano I, n.3, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Impressos, leitura e leitores no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800–1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Luã Pedro Rocha. *O Haiti E A Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831-1853)*. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A guerra dos Cabanos*. Recife: UFPE, 2001.

CARVALHO, Marcus J. M. de. A Revolução de Novembro, a população do Recife e suas lideranças em 1848. In: LIBBY, Douglas; FURTADO, Júnia (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Annablume, 2006. p. 437–463.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack braziliense*, nº08 novembro 2008.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850–1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 10. ed. São Paulo: Global, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. Práticas religiosas de africanos e afrodescendentes: irmandades do Rosário e espaços de devoção no Brasil escravista. In: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira (org.). *Raízes do catolicismo negro no Brasil*. Brasília: CNBB, 2007. p. 89–115. Disponível em: /mnt/data/alicerreferencia,+PC-2007-98.pdf.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole (1808–1853). In: _____. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 11–38.

DIOUF, Sylviane A. *Servants of Allah: African Muslims enslaved in the America*. New York: New York University Press, 2003.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Harvard University Press, 2004.

DOYLE, William. *Revolução Francesa: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 37-53, 1º sem. 2012. Tradução: Jaime Rodrigues. Revisão técnica: Lígia Fonseca Ferreira; Glaucia Ribeiro de Lima. Publicado originalmente em: *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 58, n. 2, p. 333-356, 2003.

FICK, Carolyn E. *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAFFIELD, Julia. *Haitian Connections in the Atlantic World: Recognition after Revolution*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GEGGUS, David Patrick (ed.) *The Haitian Revolution: A Documentary History*. Hackett, 2014.

GENTINI, Alfredo Martin; PROPSERE, Renel. O Vodun no Universo Simbólico Haitiano 10.5102/uri.v11i1.2408. *Universitas: Relações Internacionais* (encerrada), v. 11, n. 1, 2013.

GIRARD, Philippe R. *Toussaint Louverture: A Revolutionary Life*. New York: Basic Books, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVIII–XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOBSBAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HURBON, L. *O Deus da resistência negra: o vodun haitiano*. São Paulo: Paulinas, 1987.

JAMES, CLR. *Os Jacobinos Negros*. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Balaiada: construção da memória histórica. *HISTÓRIA*, São Paulo, v.24, N.1, p.41-76, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, L. F. de S.; LOURENÇO, F. M.; OLIVEIRA, G. S.; VIEIRA, S. F.; LUIZ RIGUEIRA SIMAO, F. Haitianismo e percepção da Revolução Haitiana na sociedade escravista brasileira do século XIX. *Revista Ponto de Vista*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 01–14, 2022. DOI: 10.47328/rpv.v11i02.14537.

LYNCH, John. *As revoluções hispano-americanas: 1808–1826*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira (1842–1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTÍNEZ PERIA, Juan Francisco. Entre el terror y la solidaridad: La influencia de la revolución haitiana en las independencias de Venezuela y Nueva Granada (1804-1825). *Anuario del Instituto de Historia*. Argentina, v. 16, n. 1, e006, abr. 2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIGNOLO, Walter. *A Fronteira Colonial da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NARO, Nancy. *The 1848 Praieira Revolt in Brazil*. 1980. Tese (Ph. D). University of Chicago, Chicago, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). *Beatriz Nascimento: textos, entrevistas e imagens*. São Paulo: Imesp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NEVES, Ian (História Pública). *Revolução haitiana e o impacto no Brasil*. YouTube, 23 de julho de 2023. Acesso em 14 de dezembro de 2024. Disponível em:

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *International Sociology*, v. 1, n. 2, 1992.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1957.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *A Revolta dos Alfiates: Radicalismo e revolução na Bahia (1798)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROSA, Renata de Melo; PONGNON, Vogly Nahum. A República do Haiti e o processo de construção do Estado-nação. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luis-MA, Brasil, Vol. XIII, nº26, Jan-Jun 2013, p. 461-494.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SINCLAIR, David. *The Land That Never Was: Sir Gregor MacGregor and the Most Audacious Fraud in History*. London: Headline Book Publishing, 2003.

SANTOS, Myriam Cristina Cottin. O panafricanismo e a construção de uma identidade negra diaspórica. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.198–217, 2013.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOBOUL, Albert. *Os Sans-Culottes*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

TORO, Fermín del. *Rebelión de José Leonardo Chirino*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

THOMAS, Hugh. *A história da escravidão*. São Paulo: Planeta, 2004.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa: 1789-1799*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.